

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

LUÍS FELIPE GOMES LARRATEA

Vicissitudes identitárias:

**considerações sobre o Movimento LGBT e a criação do Movimento de
Bisexuais da Paraíba**

Orientador: Prof. Dr. Adriano de León

Linha de Pesquisa: Marcadores Sociais da Diferença

JOÃO PESSOA

2017

**VICISSITUDES IDENTITÁRIAS:
CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO LGBT E A CRIAÇÃO DO
MOVIMENTO DE BISSEXUAIS DA PARAÍBA**

LUÍS FELIPE GOMES LARRATEA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Adriano de León

Linha de Pesquisa: Marcadores Sociais da Diferença

JOÃO PESSOA - PB

2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L333v Larratea, Luís Felipe Gomes.

Vicissitudes identitárias: considerações sobre o Movimento LGBT e a criação do Movimento de Bissexuais da Paraíba / Luís Felipe Gomes Larratea. - João Pessoa, 2017.

87 f.

Orientação: Adriano De León.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Identidade. 2. Representação. 3. Política Pública.
I. De León, Adriano. II. Título.

UFPB/CCHLA

TERMO DE APROVAÇÃO

LUÍS FELIPE GOMES LARRATEA

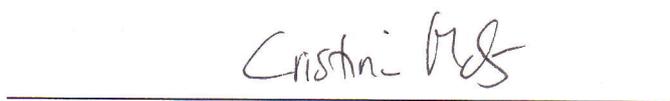
VICISSITUDES IDENTITÁRIAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO LGBT E A CRIAÇÃO DO MOVIMENTO DE BISSEXUAIS DA PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

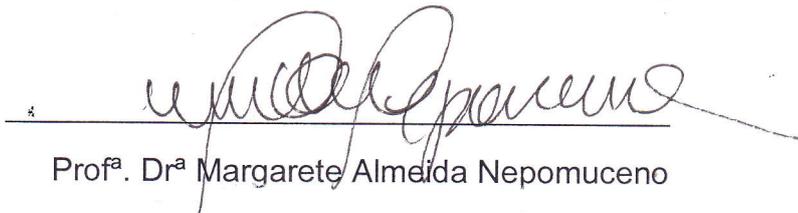
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Adriano Azevedo Gomes De León
(Presidente/Orientador – PPGS/UFPB)



Prof.ª Dr.ª Teresa Cristina Furtado Matos
(Titular Interno – PPGS/UFPB)



Prof.ª Dr.ª Margarete Almeida Nepomuceno
(Titular Externo – CCTA/UFPB)

Aprovado em:

23/03/2018

O homem é livre, o homem é liberdade. Está condenado a ser livre.

Jean Paul Sartre

Quem quer que se recuse a obedecer à vontade geral deve ser compelido pelos seus concidadãos a obedecê-la. O que nada mais é do que dizer que pode ser necessário obrigar um homem a ser livre...

Jean Jacques Rousseau

Resumo

O presente trabalho explora a relação entre processo identitário e representatividade; em que medida a fragmentação de grupos minoritários com demandas cada vez mais específicas influencia na dinâmica de representatividade política contemporânea; como a criação de grupos dissidentes produz a diferença dentro da diferença e ao mesmo tempo fomenta essencialismos sociais e cristalizações que normatizam as diversas identidades. O estudo analisa também possíveis colateralidades advindas das políticas públicas de reconhecimento, mais especificamente as políticas direcionadas à população LGBT. Por fim, o trabalho conta com uma pesquisa de campo realizada junto ao Movimento de Bissexuais da Paraíba, primeira Organização Não-Governamental do país voltada especificamente para as questões bissexuais, em que são abordados temas como constituição identitária, demandas do grupo, posicionamento dentro do movimento LGBT e perspectivas futuras de atuação política.

Palavras-chave: identidade; representação; política pública; bissexualidade

Resumé

Le présent travail explore la relation entre le procès identitaire et la représentativité; comme la fragmentation des groupes minorités avec demandes de plus en plus spécifiques influence dans la dynamique de représentativité politique dans lequel nous vivons maintenant; comme la création des groupes dissidents produisent la différence dans la différence et en même temps fomentent essentialismes biologiques et cristallisations sociales qui normalisent la diversité identitaire. L'étude analyse aussi possible collatéralités viennent de les politiques publiques de reconnaissance, en particulier les politiques dirigées pour la population LGBT. Enfin, le travail a une recherche de terrain réalisé avec le Mouvement Bisexuelle de Paraíba, premier organisation non gouvernementale dans le Brésil destiné exclusivement pour les questions bisexuelles, dans lequel sont abordés thèmes comme la constitution identitaire, les demandes du groupe, la position de la bisexualité dans le Mouvement LGBT et la perspective de participation politique à l'avenir.

Mots-clés: identité; reconnaissance; politique publique; bisexualité

Agradecimentos

Introduzo os agradecimentos deste trabalho de dissertação expondo minha gratidão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por viabilizar materialmente a produção da presente pesquisa, bem como à Universidade Federal da Paraíba pelo agradável acolhimento. Agradeço também ao movimento LGBT da Paraíba, em especial ao Movimento de Bissexuais (MovBi), que foram sempre tão gentis com o pesquisador. Meus sinceros agradecimentos ao orientador do trabalho, Prof. Dr. Adriano De Léon, que cortesmente guiou esse ansioso e ao mesmo tempo procrastinador mestrando. Por fim, e mais importante, agradeço e dedico este trabalho a minha família que, mesmo residindo no Rio Grande do Sul, esteve sempre presente em meus pensamentos e coração; igualmente, agradeço e dedico este trabalho a minha esposa, que consegue dar sentido aos meus desatinos e transforma óbices em galhofa e suplantação; reservo ainda algumas palavras nos agradecimentos ao meu amigo Osvaldo Tatagiba (com v de Vasco, importante ressaltar) pelas inoportunas observações, que são as que realmente fazem a diferença.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1 DIFERENÇA E IDENTIDADE	15
1.1 A diferença como elemento identitário	15
1.2 Essencialismo, cristalização e fragmentação das identidades	25
2 RECONHECIMENTO, REPRESENTAÇÃO E CIDADANIA	38
2.1 Reconhecimento: Taylor, Honneth, Fraser	38
2.2 Identidades e os limites do modelo representativo de cidadania	42
2.3 Política LGBT e suas colateralidades	44
3 MOVBI: EXPERIÊNCIA INSITUCIONAL PIONEIRA NA(S) BISSEXUALIDADE(S)	56
3.1 Proêmio	56
3.2 Bissexualidades	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	83

LISTA DE SIGLAS

AIDS - Acquired Immunodeficiency Syndrome

ASTRAPA - Associação de Transfeministas da Paraíba

CID 10 – Classificação Internacional de Doenças de 2010

CCLGBT - Centro de Cidadania LGBT

CFM - Conselho Federal de Medicina

CNS – Carteira de Nome Social

EEOC - Equal Employment Opportunities Commission

FPA - Fundação Perseu Abramo

HSH – Homens que Fazem Sexo com Homens

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

MEL – Movimento do Espirito Lilás

MOVBI – Movimento de Bissexuais da Paraíba

ONG – Organização Não-Governamental

PETRIS - Coletivo de Homens Trans

PL – Projeto de Lei

RLS - Rosa Luxemburgo Stiftung

SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SUS – Sistema Único de Saúde

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa essencialmente sobre identidade social, sua constituição e sua representatividade. Como se trata de assunto abrangente, são abordados os aspectos que perfazem determinada identidade e seu processo de diferenciação das demais, as fronteiras que distinguem grupos com características semelhantes, a emergência de demandas específicas, sua representatividade e, por fim, a luta por direitos. Vale dizer, as fases imprescindíveis ao processo de formação e consolidação de uma identidade e sua respectiva completude cidadã. Como não poderia deixar de ser, tendo em vista as múltiplas searas as quais o objeto adentra, o estudo contempla ainda a atual dinâmica de conquista de direitos através da luta por reconhecimento expressa a partir de diversos movimentos e grupos identitários, que apontam a diferença como fonte de legitimidade para as suas demandas. Por esse caminho, a pesquisa pontua as inequívocas conquistas ditadas pelos novos movimentos sociais pautados pela identidade e analisa criticamente eventuais armadilhas desse atual modelo de luta, como padrões de reprodução do hegemônico dentro da existência dissidente, cristalizações que geram identidades estanques, enquadramentos biológicos e crise de representatividade.

Dito isso, faz-se necessário localizar empiricamente a pesquisa acerca da lista de temáticas enumeradas acima a um segmento, que consiste no objeto de pesquisa: a Organização Não Governamental Movimento de Bissexuais de João Pessoa, conhecida como MovBi. O movimento localiza-se em João Pessoa/PB e foi oficialmente instituído em 2014, gozando do privilégio e do desafio de ser a primeira ONG do país voltada exclusivamente às questões e reclames dos/as bissexuais da região. Nesse sentido, a ideia central do trabalho é justamente entrever as possibilidades e táticas adotadas pelo grupo bissexual de João Pessoa e analisar suas reivindicações, tendo em vista ser um segmento invisibilizado, inclusive dentro do movimento LGBT (CAVALCANTI, 2010), e que foge ao esquema binário de pensamento homossexual/heterossexual, a dissidência na diferença, possível variável explicativa de sua invisibilização, buscando o *leitmotiv* de sua atuação política em moldes representativos. Sonda-se ainda se buscam o reconhecimento de

uma identidade estável, se almejam políticas públicas materiais e/ou identitárias. Averiguar como enxergam as políticas públicas de reconhecimento, em especial para o movimento LGBT – são conquistas que provém do poder de barganha do grupo ou se configuram em regulação estatal de identidades dissidentes, sendo essas, políticas de tolerância ou de aceitação? Em que medida representam avanços para uma real emancipação dos/as membros que integram o grupo?

Antes de prosseguir a discussão, convém realizar um breve e mais didático possível proêmio sobre o caminho percorrido até o objeto de estudo, em que pese o fato da sinuosidade do trajeto. É razoável afirmar que os estudos de políticas públicas no Brasil emergiram no processo de transição do autoritarismo para a democracia, concomitantemente à institucionalização das ciências sociais no país. O processo de democratização e a crise fiscal ocorrida no final da década de 1970 transformaram as relações entre Estado e sociedade e resultaram em uma agenda de reforma no Brasil, fazendo com que surgissem diversos atores e movimentos sociais reivindicando direitos de segmentos historicamente aviltados e uma maior participação na formulação de políticas (FARAH, 2004). Disso deriva uma pulverização heterogênea de agentes que participam de tal disputa, pleiteando espaços em um contexto de institucionalização de suas demandas. Em um cenário de orçamento finito, a luta por reconhecimento assume certa centralidade na partilha estatal de recursos através da concessão de políticas, contemplando determinados segmentos em detrimento de outros e, dessa forma, formatando diferenças hierárquicas entre os diversos agentes. Nesse sentido, minorias sociais perseguem a consolidação da cidadania de seus integrantes, disputando muitas vezes os mesmos espaços e recursos. Variável essencial que distingue essas minorias são as identidades de cada grupo, vinculadas ao “compartilhamento de uma matriz cognitiva e normativa que é fonte de coesão grupal e do estabelecimento de fronteiras com outros grupos identitários” (CORTES e LIMA, 2012, p. 37-38). Dessa forma, não ser ou pertencer a modalidades identitárias dominantes de existir resulta não raras vezes em cidadanias frágeis ou parciais, o que explica em larga escala tal contexto de festejadas e cintilantes diferenciações, com um sem numero de grupos,

coletivos, agremiações e toda sorte de junções que se organizam em torno do reconhecimento da diferença em questão e consequente constituição identitária, viabilidade representativa, luta por políticas públicas:

O charme das consignas diferencialistas atrai quantidade cada vez maior de entusiastas do peculiar, do específico, do próprio. Do irreduzível. Por todos os lados a diferença lampeja, pisca sedutoramente, brilha. (PIERUCCI, 1999, p. 107)

No processo de consolidação da reforma desse período, tais movimentos participaram como agentes de pressão para a redemocratização do regime e por direitos básicos de cidadania. Assim, pode-se dizer que, dentre os diversificados atores que protagonizaram a luta por reconhecimento e a consequente adesão de pautas pela agenda estatal, encontram-se principalmente o movimento de mulheres e o movimento feminista, os reclames por igualdade racial e também demandas oriundas de sexualidades dissidentes. Gênero, raça e sexualidade (ou desejo) constituíram e constituem o tripé dos pilares mais discutidos que ancoram os segmentos socialmente minoritários e fornecem a base ainda hoje para o debate sobre minorias sociais que orbitam sobre os conceitos de paridade, equidade e igualdade. Ou seja, a igualdade na diferença ou a diferença na igualdade. Isto posto, a produção acadêmica a respeito começa também a orbitar em torno das diferenças como ancoradouro para a equiparação de condições através da constituição e consolidação de cidadanias ainda parciais - via políticas públicas focalizadas para determinados nichos historicamente menoscabados pelo poder público. Junto com a verdade que emana do corpo (FOUCAULT, 1988) veio uma profusão de obras que vão do mapeamento ao relato pormenorizado do diverso, do diferente, da dissidência, das modalidades não-hegemônicas de existir, em fragmentação que se propaga ad infinitum no que se refere às pautas e demandas dos movimentos identitários. Nesse sentido, o movimento LGBT figura como emblemático ator que produz a dissidência na diferença, o específico como marcador social que fomenta rupturas no reconhecimento, na identidade e na representatividade de seus integrantes, a começar pelos acréscimos de letras em sua sigla – e não poderia ser de outra forma, pois que o movimento contempla a complexa tríade sexo, gênero e sexualidade. Bissexuais se insurgem contra sua invisibilidade dentro do movimento, travestis

lutam por sua identidade de gênero, transexuais almejam a cirurgia de transgenitalização gratuita sem a pecha que as/os patologiza, o grupo intersex que circunda o movimento reclama o retardo do direito de escolha (ou a não escolha) de um sexo, homossexuais dividem-se em uma miríade subidentitária, direito de adoção, de casamento etc. Dessa forma, o rol de produções acadêmicas sobre o assunto é tão vasto quanto às subdivisões supracitadas, de modo que parece não haver homogeneidade identitária ou de reivindicação nem sob o mesmo manto da população LGBT.

Temáticas que abordem a relação entre Estado e sociedade, como as do presente trabalho, transcendem o prisma analítico que prioriza a seara governamental como objeto descolado de estudo, sendo necessário considerar essa relação como uma via de mão dupla. Da mesma forma, considerando a heterogeneidade dos grupos que compõem a sociedade, e suas identidades, como sujeitos ativos no processo decisório que hierarquiza prioridades na agenda de governo, não se pode obliterar a relação entre esses segmentos. Compreender as prioridades governamentais em termos de políticas públicas e poder de barganha entre os agentes sociais exige fatalmente a investigação do que distingue tais agentes e suas condições históricas. Nesse sentido, a questão identitária assume centralidade no debate atual, figurando como importante variável na explicação do que difere os grupos na sociedade e do que difere os indivíduos nos grupos (HALL, 2002).

A colaboração da sociologia contemporânea para a análise de políticas públicas [...] pode ser classificada em duas vertentes: a das identidades sociais e a dos atores. A primeira vertente refere-se aos estudos acerca da constituição de grupos sociais que podem demandar ou ser objeto de políticas públicas. Esses estudos acentuam, em geral, o caráter relacional da construção de identidades sociais. [...] Para existir, uma identidade necessita de outra, que demarca a diferença entre ambas ao explicitar o que a primeira delas não é. (CORTES e LIMA, 2012, p. 37-38)

Nesse sentido, o conceito de reconhecimento norteia a atual dinâmica de luta e de conquistas entre os diferentes segmentos. Dinâmica essa mediada pelo poder público, responsável pela equidade na distribuição de reconhecimento, que por sua vez legitima posições instáveis ou reitera as dominantes, revertendo muitas vezes recurso de ordem simbólica em recurso de ordem material e vice-versa, em um ato de magia social (BOURDIEU,

1992). Dessa forma, a ação coletiva que fomenta novas modalidades de existência identitária e/ou (re)afirma as já existentes, como apregoa Nancy Fraser (2001), a despeito de uma variabilidade atomizada de identidades “dispersas” e muitas vezes representadas por uma mesma bandeira (SEFFNER, 2008), dependem em larga medida de canais de comunicação e troca com a máquina estatal, minando a falsa dicotomia legal-social como searas analiticamente desconexas.

A percepção de identidades, ou antes, sua mensuração, precisa também levar em consideração não apenas o que já existe, o vigente em termos de identidade minoritária. Há de se levar em conta, de um jeito ou de outro, toda a potencialidade de possibilidades alternativas que foi e é ceifada em função de dispositivos pró-manutenção do hegemônico, minando, assim, toda uma diversidade identitária vista como desvio e que delega identidades minoritárias à sub-representação. Por exemplo, o mecanismo binário, respaldado farta e substancialmente por discursos biologizantes, aplicado ao conceito de gênero, não apenas dificulta qualquer possibilidade identitária para além do feminino ou do masculino, como transforma ou relega tais possibilidades ao âmbito do fantástico ou do monstruoso, negando simplesmente a real possibilidade em si:

É o misto de dois reinos, o reino animal e o reino humano: o homem com cabeça de boi, o homem com pés de ave – monstros. É a mistura de duas espécies, é o misto de duas espécies: o porco com cabeça de carneiro é um monstro. É o misto de dois indivíduos: o que tem duas cabeças e um corpo, o que tem dois corpos e uma cabeça, é um monstro. É o misto de dois sexos: quem é ao mesmo tempo homem e mulher é um monstro. (FOUCAULT, 2001, p. 79)

Dessa forma, retomando o debate para o terno sexo-gênero-desejo, intersex é monstro sexuado, travesti é monstro generificado e bissexual é monstro sexualizado. Essas três possíveis identidades dentro do movimento LGBT escapam, com certa mofa, às catalogações polarizadas das oposições homólogas: “como a bissexualidade – além de outros fenômenos da sexualidade – passeia de um polo a outro, a indefinição enferruja a lâmina certa das classificações” (LEÓN, 2012, p. 232). Em subversão dos estigmas identitários e ruptura de esquemas de pensamento dicotômicos, as/os bissexuais se deparam com a iminente invisibilização social e com a letra B muitas vezes ornando a sigla LGBT. Nesse sentido, a questão que se coloca é em que medida a sinuosidade do grupo interfere em sua constituição identitária

e expõe a fragilidade das identidades fixas representadas discursivamente no âmbito de uma linguagem inapta que passa ao largo do desejo:

Os corpos são assujeitados a processos de ortopedia social. São montados para parecerem normais. Mas, como a sexualidade atua nos corpos, mas não necessariamente está nesses mesmos corpos, ela é uma fenda por onde escorre o desejo. Dessa mirada se percebe a incompletude da linguagem de significar os desejos. Nem todo o alfabeto seria capaz de dar conta das sexualidades, que são H, G, L, B, T, I... (LEÓN, 2012, p. 231)

Assim, a pertinência do objeto da pesquisa em questão fundamenta-se na relação entre constituição identitária, ausência de representação e aviltamento social, bem como os limites e eventual falência desse sistema de identidade-representação-direitos. Segmento secundarizado pelo poder público, parcela invisibilizada pelo próprio movimento LGBT, bissexuais integram uma seleta casta que coloca em xeque eventuais devaneios de unificação ou homogeneização comportamental, identitária, sob o colorido manto que ampara a população LGBT.

O ponto central das críticas à bissexualidade, referentes ao movimento homossexual, é que a possibilidade dos bissexuais transitarem ora na homo ora na heterossexualidade torna a bissexualidade uma prática suspeita, indefinida e incapaz de se erguer na luta por uma livre expressão da sexualidade. De fato, a afirmação de uma identidade se torna imprescindível na visibilidade e conquista de direitos. (CAVALCANTI, 2010, p. 3)

Para viabilizar o intento proposto, o trabalho está estruturado em três partes que contemplam a diferença como valor constitutivo da identidade, o imbricamento entre reconhecimento e representatividade de minorias sociais e o estudo de caso, fruto da pesquisa de campo com a ONG MovBi. O primeiro capítulo aborda diferentes concepções do processo identitário, identificando os principais elementos que compõem o quadro de diferenciações coletivas ancoradas na identidade, ou seja, a diferença como variável distintiva entre as minorias sociais; ainda no capítulo primeiro, foram traçadas algumas consequências intrínsecas a essas formações minoritárias, como a cristalização de comportamentos pautados nas identidades e advento de novas identidades, em um processo de diferenciação do diferente já cristalizado, constituindo um abrangente cenário de fragmentação de bandeiras e reclames sociais. Continuando o debate sobre a pulverização de entidades minoritárias,

o capítulo segundo trata das dificuldades operacionais do modelo representativo em tal contexto de fragmentação e explica acerca das limitações da atual dinâmica reivindicatória que persegue a consolidação de cidadanias alijadas de sua integralidade; para encerramento do capítulo, foram ainda tecidas algumas considerações no que se refere às colateralidades de algumas políticas públicas destinadas à população LGBT em âmbito nacional, ponderando sobre questões que abarcam a rigidez identitária, a higienização social e a incorporação de valores hegemônicos. O terceiro capítulo expõe o resultado da pesquisa de campo realizada sobre o Movimento de Bissexuais da Paraíba, com subsidio dos dados coletados a partir de entrevistas executadas com o segmento LGBT, com órgão de governo e com o líder do MovBi. Por fim, o estudo finaliza com algumas breves considerações finais sobre o tema investigado, bem como com eventuais sinalizações alternativas de superação dos problemas apresentados ao longo do trabalho.

Com relação aos procedimentos metodológicos adotados pela pesquisa realizada, o trabalho parte do pressuposto de que os movimentos sociais, grupos minoritários e organizações identitárias em sua maioria perseguem prioritariamente a consolidação de uma cidadania plena para seus integrantes a partir da conquista e manutenção de direitos, sendo originados pelo objetivo comum de serem contemplados por políticas públicas, como já explicitado anteriormente. Dessa forma, uma das mais relevantes variáveis para se instituir ou pressionar por uma política pública é a existência de indicadores sociais que traduzam quantitativamente fenômenos e realidades, demonstrando assim a necessidade ou não de intervenção estatal e também indicando o caminho de uma eventual intervenção. Por óbvio que indicadores sociais não se fazem tão somente a partir de dados quantitativos, mas o são em sua maioria:

Um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). (JANNUZZI, 2009, p. 15)

Nesse sentido, não apenas a formulação da política pública é amparada por critérios quantificados, mas também os variados tipos, naturezas e enfoques de sua avaliação, em especial a avaliação de impacto, que visa

responder se a intervenção cumpriu ou não com seu objetivo a partir do isolamento quantitativo do resultado da ação. Em que pese o fato de, muitas vezes, necessário poder de generalização conferido pelos modelos quantitativos de pesquisa e análise de políticas públicas, não se pode deixar de lado fenômenos que carecem de um olhar mais subjetivo para melhor compreensão. Logo, objetos de estudo como a formação/consolidação de minorias sociais e suas identidades margeiam o debate quantificado e necessitam fatalmente de uma abordagem mais sensível à natureza da questão (FLICK, 2002). Dessa forma, o presente trabalho pretende utilizar um método exploratório de pesquisa, sem formulação de hipótese, composto por entrevista semiestruturada, análise do substrato das entrevistas e lógica indutiva na investigação. A parte primeira da pesquisa empírica teve como objetivo a realização de entrevistas semiestruturadas com dois diferentes públicos: a) representante de órgão de Estado que dialoga com movimentos e grupos sociais, o Centro de Cidadania LGBT; b) representantes de organizações do terceiro setor que atuam como entidade representativa de determinado segmento e que funciona como agente de pressão para determinadas demandas, no caso o Movimento Espírito Lilás (MEL) e a Organização Não-Governamental Movimento de Bissexuais da Paraíba (MovBi). A segunda parte conta com a análise das falas produzidas pelas entrevistas realizadas nas etapas descritas acima.

1 DIFERENÇA E IDENTIDADE

1.1 *A diferença como elemento identitário*

O objeto perscrutado por esse trabalho localiza-se dentro do que se denomina de “novos movimentos sociais”, cujo núcleo duro é composto por questões relacionadas às identidades de seus integrantes. Antes de se caracterizar esses novos movimentos, convém entender mais pormenorizadamente o que há de novo nas demandas desses grupos sociais. Até a década 1960, as questões identitárias gozavam de certa estabilidade no contexto acadêmico e na esfera política, figurando como tópico secundário no debate da época. A partir da concepção marxista a respeito, estruturada especialmente pelos conceitos de base e superestrutura, as relações sociais estariam de certa forma submetidas aos ditames da lógica material e, dessa forma, os perfis identitários seriam deduzidos de acordo com a posição de classe – o “reducionismo de classe”. Como fica claro, grosso modo, essa interpretação centraliza a atenção nos fatores econômicos, constituindo assim outras variáveis que, direta ou indiretamente, são forjadas pelas relações de ordem material já estabelecidas. Entretanto, com as mudanças estruturais das relações de trabalho, que incidem diretamente na formatação das classes sociais e na composição econômica da sociedade (como o declínio industrial de manufatura pesada), os presumíveis arranjos identitários não mais apresentam tanta solidez em suas composições. Dito de outra forma, a partir das deduções projetadas segundo a posição de classe, como apregoa a tese citada, é possível prever, por exemplo, uma identidade da classe operária, qual seja, homens trabalhando em tempo integral nas fábricas com pouca ou nenhuma margem para outras questões. Com a transformação do próprio processo industrial e do mercado de trabalho, as referências de classe social são redefinidas e as identidades sociais sofrem deslocamentos e mutações, havendo um descompasso na correlação entre identidade e classe social. Dessa forma, questões étnico-raciais, de gênero e de sexualidade passaram a nortear as referências identitárias, sugerindo atravessamentos que não podem ser delimitados ou perfilados tão somente pela posição de classe, quando esta mesma já se modificou: “Em termos políticos, as identidades estão em crise porque as estruturas tradicionais de pertencimento, baseadas nas relações de

classe, no partido e no estado-nação têm sido questionadas” (MERCER, 1992, p. 424).

Dito isso, a origem espaço-temporal dos novos movimentos sociais pode ser definida a partir do final da década 1960 no Ocidente, junto às reivindicações estudantis de então e da insatisfação com o crescente belicismo instaurado no contexto geopolítico da época, trazendo para o cenário político a luta por direitos civis e a política de identidade. Isto é, havia grande preocupação desses movimentos no que se refere às identidades de seus integrantes, especialmente as periféricas e as relegadas à margem do contexto social, suscitando questões como o significado, a formatação e a afirmação dessas identidades. Por esse viés, a identidade assumiu a centralidade e serviu de fio condutor para as mobilizações organizadas por esses grupos, afirmando a influência do aspecto cultural das experiências singulares bem como as opressões particularmente direcionadas aos diferentes segmentos que reivindicavam a reparação do aviltamento social produzido em função de seus pertencimentos identitários (WOODWARD, 2000, p. 35).

Do contexto já citado de emergência dos novos movimentos sociais, o desdobramento das forças políticas progressistas assumiram contornos de polarização. De um lado pode-se afirmar haver um discurso que gira em torno da redistribuição material dos recursos, ancorados por uma concepção de sociedade igualitária, de tradição trabalhista e de uma alocação mais equânime de bens e recursos; do polo antagônico, vê-se a robusta ascensão dos que defendem a diversidade identitária e a reparação, de ordem mais simbólica, da opressão direcionada a determinadas parcelas estigmatizadas. Estes defendem os preceitos de uma multiplicidade cultural, referenciados na afirmação da diferença como valor político, enquanto aqueles sustentam a igualdade econômica entre os cidadãos. Isto é, por esse caminho vislumbra-se a construção e a formatação de dicotomias conceituais - discursos diferencialistas e discursos de igualdade, luta por reconhecimento e luta por redistribuição, política cultural e política social. A discussão nesses termos sugere certa incompatibilidade entre os discursos progressistas e também o descompasso entre identidade e redistribuição, corroborada em grande medida pela bifurcação de cunho filosófico que pode ser expressa na definição da

moralidade kantiana, vinculada a concepção de “justiça” a partir da redistribuição material, e da ética hegeliana, vinculada a concepção de “bem” a partir do reconhecimento. Ainda por esse prisma, seria razoável afirmar que as lutas por reconhecimento passam ao largo das reivindicações por políticas redistributivas e vice-versa.

Em alguns casos, além disso, a dissociação tornou-se uma polarização. Alguns proponentes da redistribuição entendem as reivindicações de reconhecimento das diferenças como uma “falsa consciência”, um obstáculo ao alcance da justiça social. Inversamente, alguns proponentes do reconhecimento rejeitam as políticas redistributivas por fazerem parte de um materialismo fora de moda que não consegue articular nem desafiar as principais experiências de injustiça. (FRASER, 2007, p. 102-103)

De perspectiva outra, a filósofa americana define tal binarismo como sendo constituído por “falsas antíteses” e propõe um caminho alternativo para sanar a eventual dualidade da questão: mesmo pertencendo a paradigmas filosóficos distintos, Nancy Fraser argumenta que é possível e até mesmo salutar romper com o modelo tradicional de reconhecimento, que passa pela identidade cultural de um determinado segmento. No modelo tradicional, o não reconhecimento à identidade de um grupo cultural específico consistiria em uma depreciação da subjetividade de seus integrantes e no conseqüente rebaixamento hierárquico pela cultura hegemônica, suscitando assim relações assimétricas de oportunidade e de poder em diferentes âmbitos da sociedade. Por esse cenário, a instrumentalização da política de reconhecimento se daria tão somente através da política de identidade, com a criação, a modelação e a consolidação de uma cultura específica traduzida em uma identidade afirmativa, sendo priorizada a dimensão psíquica dos membros de um grupo em detrimento da dimensão social e mais holística de interações na sociedade - o que a autora classifica como “a substituição da mudança social por formas intrusas de engenharia da consciência” (FRASER, 2007, p. 106). No molde apresentado, os próprios movimentos identitários acabam por exercer certa força planificadora dentro de si mesmos, a fim de manter a devida coesão grupal em torno da pauta afirmativa de culturas específicas, fomentando colateralmente a invisibilização da heterogeneidade que compõe o complexo quadro das subjetividades identitárias dos integrantes de um mesmo movimento. Ou seja, florescem disputas de representatividade nesse contexto,

o que tende a reificar identidades dominantes no grupo e estimular separatismos internos e eventuais rupturas, fertilizando ainda mais o já prolífico e monádico terreno do específico. Para dirimir essas questões, Nancy Fraser defende que o debate sobre reconhecimento seja travado em outros termos a fim de compatibilizar o reconhecimento no âmbito da moralidade e a igualdade na esfera da ética. Para tanto, a filósofa recorre à ideia de status e inclui a pauta do reconhecimento para além da questão identitária de um determinado grupo, abrangendo a institucionalização de valorações culturais e as consequências oriundas dessas valorações que incidem na participação ou na exclusão de diferentes atores sociais junto à dinâmica societária.

Assim sendo, no modelo proposto de status, o não reconhecimento se daria quando as normas culturais pautam a interação social via instituições no sentido de impedir a paridade de participação nos diversos âmbitos da sociedade, configurando um quadro de “não reconhecimento e subordinação de status” (FRASER, 2007, p. 108); já o reconhecimento no modelo de status aconteceria quando todos os atores participam como iguais da vida social, havendo então o “reconhecimento recíproco e a igualdade de status” (FRASER, 2007, p. 108). A substituição do modelo de reconhecimento através da política de identidade pelo de status, isto é, vinculada a questão da justiça e portanto da moralidade, neutralizaria ainda alguns sintomas perversos que eclodem quando o objeto do reconhecimento é a identidade: evita-se a essencialização das próprias identidades em questão; ao focar na paridade das valorações culturais institucionalizadas, promove a transformação social no lugar de uma engenharia da consciência, prevalecendo o social em detrimento do psicológico; desestimula as padronizações e dominações dentro dos movimentos, enfraquecendo invisibilizações, separatismos e eventuais rupturas de subgrupos que se insurgem.

Devidamente esboçado o modelo de status e os avanços promulgados por esse sistema, parece prudente que se elaborem algumas questões de ordem mais prática ou factual de tal modelo alternativo. Não obstante o avanço ocorrido na seara filosófica, questões mais palpáveis surgem e não parecem ser dirimidas a contento pela autora. No modelo de status, as reivindicações que emergem de diversificados segmentos são consideradas legítimas quando

os atores não possuem condições de uma paridade participativa, isto é, não atuam como parceiros na vida social; assim sendo, como se mensura esse cenário de não reconhecimento e subordinação de status que parece figurar como crivo superior que estabelece e define o que são reclames legítimos e ao mesmo tempo desnuda a fragilidade dos reclames esvaziados de legitimidade, ou antes, quais os critérios para viabilizar a operacionalização de tal método? Se superado esse primeiro questionamento e alumiado o critério objetivo, palpável, que torna exequível distinguir o legítimo do não-legítimo, a solução prática para se alcançar a perseguida paridade participativa de grupos alijados de seu reconhecimento de status não acabaria redundando em uma política afirmativa, vale dizer, em termos práticos, de identidade? Filosofia criativa à parte, com irretorquível avanço do modelo de status no que se refere aos perigos do psicologismo que compõe as teses dos principais proponentes do reconhecimento vinculados ao campo da ética (Charles Taylor, Axel Honneth, George Mead), tendo em vista que esse modelo tem por intuito verificar as assimetrias institucionalizadas em função de valorações culturais que impedem um funcionamento mais justo e mais orgânico do todo societário, escapando à tentação de focar em falsos processos de reconhecimento que se sustentam em parâmetros de psicologia individual ou interpessoal através da valorização e da estima sociais de caráter mais residual, tal avanço se mostra um tanto telúrico e não exatamente afeito aos entraves mundanos que diuturnamente batem à porta.

De toda sorte, pode-se entrever um quadro no qual as identidades passam por transformações e apresentam flutuações em suas estruturas ao longo do tempo. As posições centradas, de núcleos estruturados e bem delimitados, que constituem o âmago da identificação própria (e de outrem) forneceram a tônica das identidades até a modernidade, definidas basicamente por um maior ou menor grau de estabilidade ao longo do tempo. Do constante sujeito iluminista ao mediado sujeito interacionista, a identidade mantinha ainda sua formatação em estado mais solidificado, ou menos liquefeito, acompanhando de certa forma o ritmo dos fenômenos e instituições das respectivas épocas. Por um viés culturalista, Stuart Hall delinea didaticamente três situações ou quadros identitários – o sujeito iluminista, o sujeito sociológico

e o sujeito pós-moderno. O primeiro seria definido por um indivíduo centrado, isto é, alguém com uma espécie de núcleo único e inato em processo de desenvolvimento, sem alteração de uma essência particular, de conteúdo próprio; por sua vez, o sujeito sociológico seria caracterizado como um ser que formata sua identidade a partir da interação com o mundo exterior, influenciando e sendo influenciado por meio de valores e signos que vão sendo apresentados, incorporados, alterados e devolvidos em permanente negociação entre o eu e o outro, ou seja, a construção da identidade como um elo que liga as percepções subjetivas e as estruturas objetivas; finalmente, o sujeito pós-moderno que seria portador não de uma identidade, mas de várias, nem sempre harmônicas ou retilíneas ou tampouco duradouras, indo ao encontro da concepção essencialista e incorrendo fatalmente na mutabilidade e no deslocamento: “identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente” (HALL, 2002, p. 13). Nesse sentido, o presente trabalho trata do sujeito pós-moderno, pois, ainda segundo o autor, tal concepção traz consigo uma vasta gama de acepções e modalidades identitárias, caracterizadas por uma multiplicidade não excludente de condições e pautada por uma fluidez comportamental que transita em searas diversas da constituição do eu. Enquanto o sujeito sociológico formatava e definia a si mesmo através da interação com o outro, a partir de negociações entre o endógeno e o exógeno, o sujeito pós-moderno seria uma espécie de “celebração móvel” (HALL, 2002, p. 13), confrontando as seguranças essencialistas e as (quase) indefectíveis definições biológicas.

Por esse caminho, o debate perpassa a fixidez e o movimento das identidades, que sugere uma ruptura e eventual superação das definições essencialistas, um indicativo de esfacelamento dos discursos essencializantes que estruturam as certezas e dogmatizam os destinos, que selam a priori o senso de pertencimento de indivíduos e grupos na sociedade e obliteram a tensão intrínseca aos processos de formatação das identidades. Pululantes certezas que não mais encontram refúgio no engessamento comportamental, donde se afirma haver uma crise identitária na contemporaneidade. Quer dizer, a pluralidade e os deslocamentos suscitam para a literatura sobre o tema a ideia de crise – “Quase todo mundo fala agora sobre ‘identidade’. A identidade

somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, p. 4).

Dessa forma, as identidades sofrem deslocamentos que se materializam junto aos diversos grupos que emergem na defesa das minorias identitárias, transformando a dinâmica social de reivindicações junto ao poder público. Nesse contexto, a fugacidade das identificações faz paralelo às transformações estruturais e institucionais da pós-modernidade, sendo as novas identidades causa e efeito dessas mudanças (HALL, 2002, p. 31). O processo de transição pelo qual passa o sujeito moderno explicita duas variáveis fundamentais que elucidam em grande medida a constituição pós-moderna do eu: a ideia de indivisibilidade do ser e a ideia de singularidade das experiências (WILLIAMS, 1976), que posteriormente fomentam a discussão acerca das legitimidades representativas dos diversos segmentos, assunto que será abordado mais adiante. O valor constitutivo das identidades, cada vez mais, centra-se na diferença – a nacionalidade, a crença nos deuses adorados, as preferências sexuais, a cor da pele, a marca do cigarro que se fuma¹ -, estabelecendo as fronteiras do eu e do outro, limites esses nem sempre explícitos para quem se encontra a certa distância de tais processos de identificação.

Para além das transformações institucionais, flutuações de conceitos, justiça culturais e igualdade material, citados acima, interessam ainda ao presente estudo os deslocamentos discursivos que florescem no âmbito político, mais especificamente o trânsito das noções de igualdade e de diferença nas esferas ideológicas. A concretude com a qual as demandas identitárias trabalham remete, aparentemente, a um excessivo apego à característica palpável, sensível ao olho nu e percebida de forma inequívoca como elemento de pertencimento, isto é, fator distintivo que se faz mister afirmar. Por esse raciocínio, a diferença que embasa os agrupamentos pautados por suas identidades invariavelmente revela o ponto de partida da fragmentação de tais grupos e o cultivo de uma estratégia diferencialista para

¹ Sobre o que distingue sérvios e croatas, na fala de um sérvio. Ver Kathryn Woodward em “Identidade e Diferença: introdução teórica e conceitual” (2000, p. 7-8) nas páginas 31-32.

equilibrar as distorções sociais sobre esses segmentos prejudicados por suas características estigmatizadas, buscando assim a igualdade e a integralidade de suas cidadanias. Paradoxalmente, os pertencentes ao establishment utilizam-se justamente dos atributos que distinguem os homens para justificar a desigualdade entre eles, como diferentes que são, empregando uma estratégia inversamente análoga à esquerda identitária ou diferencialista. Nas palavras de Alberto Caeiro²: “Falaram-me os homens em humanidade, / mas eu nunca vi homens nem vi humanidade. / Vi vários homens assombrosamente diferentes entre si. / Cada um separado do outro por um espaço sem homens”.

Esmiuçando tal repertório conceitual, pode-se observar uma disputa em torno das diferenças em espectros ideológicos distintos – a diferença como elemento afirmativo para combater a desigualdade e justificar a igualdade e a diferença como elemento depreciativo para justificar a desigualdade e combater uma virtual ascensão da igualdade. Nesse sentido, o terreno das divisões (e subdivisões) calcadas no específico torna-se irremediavelmente movediço, pois que revela um dado intransponível, a saber, o de que as pessoas são diferentes. Em torno dessa obviedade (nem tão óbvia para alguns), como em torno de qualquer obviedade, pode-se ousar dizer, são costurados discursos e narrativas que dão sentido às experiências do ser humano como ente diferenciado um do outro, seja na busca pela inclusão, seja na legitimação da exclusão. Os proponentes da inclusão a partir da diferença deparam-se sistematicamente com os percalços oriundos de um falso antagonismo – igualdade e diferença – e não raras vezes são levados a construir modelos explicativos nem sempre palatáveis quando inseridos em discursos políticos que, via de regra, necessitam de uma maior inteligibilidade em suas abordagens.

Fazendo um breve resgate dos termos utilizados, a concepção de igualdade vincula-se originalmente a um ideal de esquerda que indicou e indica um norte de atuação desse campo ideológico, por mais heterodoxa que seja a corrente ou linha que eventualmente queira se analisar. Convém uma

² Páginas Íntimas e de Auto-representação (1996) Fernando Pessoa, poema intitulado “Falaram-me os homens em humanidade”.

reiteração, foi e continua sendo seu valhacouto último. Surge dessa equação, atingir a igualdade mirando na diferença, um esforço teórico e prático *suis generis* – somos diferentes, mas queremos ser iguais; queremos ser iguais, mas em nossa diferença. Disso resulta uma dificuldade lógica em capitanear aceitação de um público sem a devida instrução formal que esteja formatada e em condições de manipular ferramentas intelectuais que superem falsas dualidades e coadunem terminologias iludivelmente antagônicas. Isto é, muitas vezes a plena compreensão do mote identitário como instrumento de emancipação fica restrito aos pares de militância e à comunidade acadêmica, sofrendo assim reveses que poucos não são no debate político mais abrangente (que geralmente enverga para o simplismo). Mas não apenas no debate político estão presentes os óbices referidos: também encontra resistência de parcelas mais ortodoxas das esquerdas e questionamento teórico dentro do campo universitário. Dentre as resistências encontradas pelas esquerdas mais ortodoxas, sem precisar seus matizes, está o entendimento de que a via diferencialista conforma-se, ou compatibiliza-se, com estruturas desiguais e dessa forma são ineficazes na luta pela igualdade, além de pulverizar uma pretendida unidade de combate ao status quo, gerando apenas frágeis reformismos dentro de uma lógica burguesa que passa ao largo de rupturas comportamentais, estruturais ou de discrepância material. Na discussão acadêmica, aventam-se as limitações que emergem de tal estratégia em cenários levados ao paroxismo dos ditames da diferença, como a propagação desenfreada de distintos segmentos reivindicatórios, processos de essencialização das identidades e dificuldade representativa de tão vasta gama de especificidades que, parece, direcionam-se à auto-representação quando levadas ao pé da letra as proposições identitárias. Os pontos abordados acima no interior de debate acadêmico que se mostram refratários à tática diferencialista serão abordados mais detidamente ao longo do trabalho.

Por sua vez, é razoável afirmar que as direitas³ historicamente amparam-se na diferença para pautar sua visão de mundo e a dinâmica de

³ Entenda-se direita(s) e esquerda(s) em suas definições mais genéricas: esta vinculada ao combate à desigualdade material e/ou a pautas progressistas (como a defesa de minorias identitárias, ambientalismo etc), aquela vinculada ao liberalismo econômico e/ou

sociabilidades. De modo genérico, a relação da direita com o concreto e com o palpável sempre foi mais íntima que sua relação com abstrações e utopias, sendo as últimas, traço inequívoco das esquerdas mais vetustas. Vale dizer, a igualdade é um expediente intelectual que não encontra respaldo na realidade, é um conceito que se aproxima de uma concepção ideal. Dessa forma, percebe-se, não sem algum crispamento, um pendular movimento conceitual entre os posicionamentos políticos e as estratégias que permeiam hodiernamente no que se denomina de zeitgeist. A partir de uma espécie de “apropriação das diferenças” por setores mais à esquerda, observa-se um recrudescimento na e da esfera conservadora, munindo-se de discursos igualitaristas para barrar o avanço dos movimentos identitários e suas conquistas, alegando, principalmente na esfera jurídica (travestidos de um roto discurso solertemente legalista, convém salientar), a constituição de grupos privilegiados em razão de populações específicas serem objetos de leis e políticas públicas focalizadas. Além desse recrudescimento criativo e curioso, observa-se ainda a formação não apenas de grupos à direita empunhando a histórica bandeira da diferença entre os homens, mas uma direita identitária, atuando especialmente na seara de identidades nacionais (xenóforas/racistas, como se sabe) e o respectivo direito de resguardá-las de potenciais imigrantes. Por esse caminho, percebe-se que as esquerdas utilizam o potencial da sua própria diferença como mote progressista, enquanto as direitas utilizam a força da diferença dos outros, vale dizer, dos diferentes, dos outsiders; assim, o foco recai sempre nas diferenças consideradas ilegítimas pelos dominantes - seja para legitimá-las, seja para mantê-las ilegítimas, passíveis de reeducação ou interdição. Considerar que uma pessoa ou grupo racista e/ou homofóbico e/ou misógino não gosta da diferença não é uma conclusão razoável - muito antes pelo contrário, consiste antes em um equívoco analítico: essas visões conservadoras, por vezes reacionárias, privilegiam a diferença em seus julgamentos, focalizam-na, exacerbam-na, inventam-na, são obcecados por ela e, justamente por essas razões, rejeitam seus portadores, os diferentes. Portanto gostam das diferenças porque as utilizam como fonte para legitimar

conservadorismo de pautas (como a defesa de valores tradicionais relacionados à família, à sexualidade, a papéis de gênero etc).

exclusões de toda sorte; não gostam dos/as diferentes. Não fosse pelo perverso e patológico fetiche com o fenótipo, com a sexualidade e com o gênero, haveria um vácuo ocupando o lugar da hostilidade, um vazio para embasar a rejeição. A diferença é um atributo que carrega um valor consigo e essa valoração se dá em nível social. Não há diferença que não seja apreciada ou depreciada, que não constitua elemento legitimador de estruturas hierarquizantes. Diferença de valor, em última instância. O que leva a uma sinuca de bico da diferença: enfocando-a, pelo viés diferencialista, pode-se estigmatizá-la; ignorando-a, pode-se estar desprezando aspectos sociais importantes do objeto em questão e, dessa forma, continua-se a objetá-la em suas particularidades que precisariam de um tratamento distinto. Dessa maneira, os parâmetros baseados no binômio diferença-identidade ocupam certo protagonismo nas disputas ideológicas contemporâneas, com desdobramentos ainda incertos e nem sempre favoráveis a quem adota tal referencial (Como no caso Sears e na indicação do juiz Clarence Thomas que serão abordados mais adiante). Não obstante os indiscutíveis avanços colhidos pelos grupos identitários rumo à equidade social, manipular tal repertório conceitual implica em adentrar em cenários ainda pouco nítidos e requer especial cuidado com eventuais armadilhas políticas, se se quiser evitar ganhos pírricos. Nas palavras do não tão otimista Pierucci, é preciso cuidar para “não dar a arma ao assaltante”.

No fundo, tudo se passa no campo das esquerdas como se aqueles que defendem a diferença e a celebram soubessem que transportam uma carga explosiva que, mal usada, pode detonar um potencial destrutivo cujos alvos serão, com toda a certeza, os indivíduos e os grupos mais frágeis, subordinados, oprimidos, discriminados e estigmatizados que de saída se queria defender, promover, resgatar, libertar e assim por diante. (PIERUCCI, 1999, p. 49)

Dito isso, esse breve resgate sobre o enquadramento dessas categorias dentro dos polos ideológicos se faz importante para que se localize e se delimite a esfera de atuação do objeto de estudo, que está inserido no espectro dos movimentos identitários à esquerda.

1.2 Essencialismo, cristalização e fragmentação das identidades

A constituição identitária em torno da afirmação de uma diferença passa por distintos meandros discursivos, dialeticamente permeados por

fixidez/consolidação e fluidez/trânsito - este heteróclito, aquele normativo. Neste fenômeno, a luta política mais efetiva por afirmação de determinada identidade passa fatalmente por sua consolidação e razoável estabilidade, sem a qual não seria viável galgar até o pretendido reconhecimento, e este imprescindível para o processo de representação e possibilidade de barganha junto ao poder público, que por sua vez é responsável pela distribuição de políticas públicas entre os múltiplos agentes políticos. Por esse caminho, os expedientes discursivos para fundamentar e normatizar a identidade, para sua melhor consolidação, lançam mão de teses que ora vinculam-se a concepções mais biologizantes, ora arraigam-se em explicações de uma experiência irreduzível, de cunho mais sociocultural. Em última instância, tanto a irreduzibilidade cultural quanto a biologização das identidades convergem para uma essencialização das diferenças e, portanto, das próprias identidades. O movimento centrípeto em direção a processos essencializantes suscita interessante questão, que consiste na ruptura, ou mudança, de estratégias discursivas históricas de desbiologizar características e condutas, que enfatizam a importância cultural, histórica e social na formação e formatação de algumas identidades marginais ou discrepantes, gerando assim óbices para a incontestável transitoriedade identitária que eclode contemporaneamente. Para ilustrar o raciocínio desenvolvido, em que pese o fato do anacronismo do exemplo, observa-se através da passagem a seguir o genuíno perigo da essencialização de segmentos aviltados, que foi escrito pelo jurista brasileiro Francisco José Viveiros de Castro, em *Attentados ao Pudor* no ano de 1894:

Teem como as mulheres a paixão da toilette, dos enfeites, das cores vistosas, das rendas, das jóias, dos perfumes. Trazem sempre consigo um arsenal particular, espelho, pente, alfinete, vidros de sal e de perfume, caixa de pó de arroz, leque. São de uma verbiage insuportável. Depilam-se cuidadosamente. Um de seus maiores prazeres é vestir-se como mulheres, com flores, grinaldas nos cabellos. Suas scenas de ciúmes terminam com ataques de nervos. Designam-se por nomes femininos, Maintenon, princesa Salomé, Fedora, Adriana Lecouvreur, Cora Pearl, etc. São caprichosos, invejosos, vingativos. Nenhuma energia, nenhuma virilidade. Inconstantes e versáteis, passam rapidamente de um egoísmo feroz à sensibilidade que chora. Mentira, delação, covardia, obliteração do senso moral, tal é o seu apanágio. A carta anônima é a expressão mais exata de sua coragem. Não seguem as profissões que demandam qualidades viris, preferem ser alfaiates, modistas, lavadeiros, engomadores, cabeleireiros, floristas, etc... (GOMES, 2003, p. 23)

O trecho acima se refere à caracterização das travestis do século XIX. Como se pode nitidamente notar no relato, o jurista traça o perfil dessa população a partir de generalidades essencializantes que, além de imputar a esse público atributos negativos, demarca categoricamente as fronteiras e os limites de gênero, estabelecendo o segmento citado como ponto acumulativo de defeitos que não devem pautar o comportamento do homem de bem e da mulher de bem, situados respectivamente em seus polos na estrutura binária generificada e com enquadramentos naturais ou essenciais das virtudes de cada polo. Vale dizer, é um aviso que relembra as posições e disposições, além do papel natural, de cada um e uma no cenário bipolar de gênero – quanto mais ao centro do espectro generificado, mais discrepante e deficiente são os atores em suas posturas essenciais.

Dito isso, surge o questionamento no que se refere às estratégias discursivas atualmente empregadas no âmbito político dos movimentos sociais: em que medida adotar uma postura que essencialize as diferenças pode ser benéfica na conquista dos objetivos pretendidos por esses grupos? Não apenas a “diferença” é disputada entre setores mais progressistas e setores mais conservadores (e reacionários), como analisado no tópico anterior, mas também as explicações para embasar concepções normalizadoras ancoram-se não raras vezes em ditames de cunho biologizante, da dimensão do “natural” e do “antinatural”. Dito de outra forma, o discurso das direitas mais conservadoras ou reacionárias detém a crueza e o simplismo mais ao gosto do grande público: “índio é preguiçoso”, “negro é bandido”, “homossexualismo não é uma coisa natural” e sofisticações do pensamento outras que se propagam ad infinitum, representando assim a fina flor da biologização, do essencialismo e da naturalização nos debates políticos nem tão distantes dos muros da academia. Da tríade gênero-raça-sexualidade, que ampara prósperos movimentos pró-diferença, a sexualidade representa um dos assuntos que mais esbarra em falsas-teses e pseudo-elucubrações naturalizadoras. A incomensurável teia de discursos ratificadores a serviço das arbitrariedades incorporadas que são gestadas cotidianamente em nossa vida é representativa – do normal, do certo, do a-histórico, do moral(ismo), do natural, todas legitimadas pela lógica dicotômica, que muitas vezes pendem para o

maniqueísmo. Exemplo emblemático consiste nas analogias feitas entre o comportamento sexual humano e o comportamento sexual animal, reiterando uma vez mais uma incipiente e nociva dualidade entre artificial/cultural versus natural. Por óbvio, tais analogias passam sempre ao largo da bissexual (e matriarcal) sociedade dos Bonobos, dos pinguins que se recusam a copular com o sexo oposto, dos vermes-marinhos, dos golfinhos-nariz-de-garrafa, dos bisões americanos (FURLANETTO; GROTH; JANZEN E CRETE, 2013), além dos machos das baleias orcas (KOTLINSKI, ?) e diversas espécies de primatas (babuíños, orangotangos, chimpanzés, macacos japoneses, macacos rhesus, gorilas) (FORASTIERI, 2006), na tentativa de munir o arbitrário com ares de legitimidade. Mas claro, refutar invencionices normalizadoras com argumentos falsos seria jogar o jogo da crueza simplista e enveredar pela insalubre seara da desonestidade intelectual, maculando o modus operandi da produção científica: o comportamento sexual humano jamais poderia fazer paralelo ao comportamento sexual animal, por intransponíveis razões de valoração cultural. E é justamente nesse sentido que a dificuldade de se propagar debates que levem a conscientização ao público geral e eventual emancipação de minorias se impõe; é exatamente nesse sentido que muitas vezes emergem obstáculos na adesão a pautas progressistas de identidades minoritárias quando essencializadas. Assim, os processos que guardam relação com concepções ou explicações de cunho natural, inato, eventualmente físico, distanciam-se de ideais mais abstratos e generalizantes, afastam-se de um sentimento de pertença mais abrangente, acabando dessa forma por repelir noções universalistas em seu modus faciendi. Tal movimento poderia ser brevemente ilustrado por um pequeno trecho barroco, no qual o jogo de palavras, ou cultismo, expressa acentuadamente a ideia de antítese tão característica da escola literária: O todo sem a parte não é todo / A parte sem o todo não é parte / Mas se a parte o faz todo, sendo parte / Não se diga, que é parte, sendo todo.⁴

Da mesma forma que os discursos essencialistas amparam-se muitas vezes em pilares biológicos, naturais, como visto acima, o processo de

⁴ Antologia Poética de Gregório de Matos 1991, poema intitulado “Ao braço do mesmo menino Jesus quando apareceu”.

cristalização das identidades ancora-se na irredutibilidade cultural, com seu viés aparentemente anti-essencialista em consonância a uma visão pós-moderna. Todavia, a defesa e a ênfase afirmativa das diferenças, ainda que embasadas ao largo de acepções naturalizantes, acaba gerando em termos de discurso político um produto de inteligibilidade análoga ao da essencialização dessas diferenças, que calcam as identidades, e, por conseguinte, termina por também cristalizar as próprias identidades. Quando se professa a experiência sem paralelo, a vivência única, o sentimento *suis generis* vinculado a pertencimentos da ordem do específico, em função de fundamentações inatas ou não, obstaculiza-se a factibilidade de formações mais unitárias em torno de pautas comuns, seja uma unidade interna em direção a(s) demanda(s) prioritária(s) do movimento, seja uma unidade a partir das intersecções entre os diversos movimentos. Nesse sentido, as consequências de ambas as posturas, essencialistas ou de irredutibilidade cultural, enfrentam transtornos de ordem teórica ou de ordem prática, quando não nos dois campos.

Em certos meios de esquerda ou em certos círculos preocupados apenas em ser “politicamente correto”, em ser “totalmente do bem”, não se ousa dizer que elas [as diferenças] são naturais; diz-se que são diferenças culturais, só que irredutíveis. O que, se não dá no mesmo, dá quase. (PIERUCCI, 1999, p. 111)

Logo, desse cenário surgem visíveis indicadores que podem ser lidos positivamente por um lado e negativamente por outro – com o processo de essencialização e de irredutibilidade cultural das diferenças e experiências, as identidades dentro dos movimentos formatam-se em direção à planificação identitária que, tanto essencializada quanto cristalizada, repelem características e sentimentos que não são condizentes com o modelo (essencializado ou experimentado como particular) da identidade padrão do movimento, o que acaba afastando, por óbvio, os portadores que se identificam com atributos que discrepam desse modelo de identidade padrão. Disso tudo resulta as indisposições internas que ebulem no movimento e que por sua vez terminam por suscitar o transbordamento das fronteiras da identidade já constituída, gerando rupturas identitárias oficiais, eventuais esgarçamentos dessas fronteiras constituídas ou sublevações que facionam o movimento. E isto se demonstra de forma muito clara no caso da organização dos LGBTs, como será devida e detidamente abordado na parte empírica do trabalho. Como as

diferenças existem e são muitas, retornando brevemente à origem do parágrafo, pode-se observar o salutar trânsito da diversidade, um deslocamento que pode ser visto como positivo por se insurgir contra a homogeneização oriunda das forças planificadoras exercidas endogenamente nos movimentos, o que permite maior liberdade na experimentação e/ou constituição de novas identidades; ao mesmo tempo, essa dilatação das fronteiras e expansão das performances ou identificações de novas identidades contribui para um inchaço de organizações do específico, minando o poder de mobilização dos movimentos originários na busca dos objetivos que primeiro pautaram e foram o mote da criação desses mesmos grupos. Dito de outra forma, não mais se persegue apenas o combate à homofobia (que ainda existe e não é pouca), agora também se persegue o combate à transfobia, associada ao combate à lesbofobia, não esquecendo ainda da bifobia, além de uma possível g0yfobia⁵ que, ainda não institucionalizada, tem grandes possibilidades de acontecer mantidas a temperatura e a pressão dos fenômenos sociais e sociológicos discutidos. Aliás, à guisa de menção, já se encontram trabalhos em que se discute a postura refratária à identidade g0y por parte da comunidade LGBT mais ortodoxa e ainda uma ruptura de intensidade da prática g0y, sendo esta dividida de modo escalar em hetero-g0y e g0y homo-afetivo, indicando assim mais um insulamento no que se refere às identidades sexuais e de gênero.

Além do mais, as intersecções e interposições identitárias não raras vezes acabam por colidirem ou se contraporem em determinados contextos, culminando inclusive em grupos dispostos a eliminarem fisicamente seu verdadeiro ou suposto antagonista. Real ou imaginado, o grupo a ser perseguido, muito em função de sua identidade ou de suas identificações, padece concretamente em um mundo muito real. Embora um tanto extensa, a passagem a seguir ilustra bem o assunto tratado:

⁵ Segundo Castro (2016, p.2): o que caracteriza o comportamento g0y por parte de alguns homens é a visão homo afetiva com a supressão do comportamento homossexual, que na práxis se traduz por um homem que gosta de homens, mas não realiza a cópula, apenas faz carícias, beijos, abraços ou até algo mais forte, mas não consuma o ato sexual e fica na parte mais voltada para o afeto como um todo.

São quatro horas da manhã. Estou no posto de comando da milícia sérvia local, em uma casa de fazenda abandonada, a 250 metros da linha de frente croata... não na Bósnia, mas nas zonas de guerra da Croácia central. O mundo não está mais olhando, mas toda a noite as milícias croatas e sérvias trocam tiros e, às vezes, pesados ataques de bazuca.

Esta é uma guerra de cidade pequena. Todo mundo conhece todo mundo: eles foram, todos, à escola juntos; antes da guerra, alguns deles trabalhavam na mesma oficina; namoravam as mesmas garotas. Toda noite, eles se comunicam pelo rádio “faixa do cidadão” e trocam insultos – tratando-se por seus respectivos nomes. Depois saem dali para tentar se matar uns aos outros.

Estou falando com soldados sérvios – reservistas cansados, de meia-idade, que preferiam estar em casa, na cama. Estou tentando compreender por que vizinhos começam a se matar uns aos outros. Digo, primeiramente, que não consigo distinguir entre sérvios e croatas. “O que faz vocês pensarem que são diferentes?”

O homem com quem estou falando pega um maço de cigarros do bolso de sua jaqueta cáqui. “Vê isto? São cigarros sérvios. Do outro lado, eles fumam cigarros croatas.”

“Mas eles são ambos cigarros, certo?”

“Vocês estrangeiros não entendem nada” – ele dá de ombros e começa a limpar a metralhadora Zastovo.

Mas a pergunta que eu fiz incomoda-o, de forma que, alguns minutos mais tarde, ele joga a arma no banco ao lado e diz: “Olha, a coisa é assim. Aqueles croatas pensam que são melhores que nós. Eles pensam que são europeus finos e tudo o mais. Vou lhe dizer uma coisa. Somos todos lixo dos Balcãs.” (IGNATIEFF, 1994, p. 1-2 apud WOODWARD, 2000, p. 7-8)

No relato acima, que se passa na antiga Iugoslávia, fica nítida a ruptura de um país em que a população gozava de relativa homogeneidade em sua composição, ao ponto de se apelar, no paroxismo do subterfúgio, aos cigarros fumados pelos diferentes lados, o que seria cômico se a história não tivesse terminado com milhares de mortes e assombrosa carestia na região. Observa-se de forma cristalina a fronteira existente ou imaginada entre a identidade sérvia e a identidade croata, que se dá justamente em tal dicotomia, da negação daquilo que não se é para poder ser outra coisa que não aquilo. Para tanto, a cultura europeia, os cigarros, a pretensão real ou imaginada de superioridade cultural e social de um lado são evocados para dar legitimidade ao conflito e às diferenças que possam existir ou não. Ao mesmo tempo, ao final do relato de Ignatieff, emerge a categórica afirmação do sérvio de que são “todos lixo dos Balcãs”, fragilizando o anterior discurso da diferença identitária que serviria como pretexto legitimador do conflito.

Fazendo coro à análise realizada do episódio entre croatas e sérvios, o genocídio ocorrido em Ruanda figura como mais uma infeliz experiência de ruptura e conflito de um povo que habitou o mesmo espaço há mais de dois mil anos, com o mesmo idioma (kinyaruanda), crenças, religião, cultura, hábitos e tradições. Propagadas diferenças étnicas somadas a diferenças ocupacionais cederam espaço a um conflito político, que por sua vez resultou em diferenças administrativas e sociais entre tutsis e hutus, tendo como consequência uma guerra civil que deixou como legado aproximadamente 800 mil mortos (PINTO, 2011). Em uma análise de cunho pós-estruturalista e pós-moderno sobre o episódio, a pesquisadora Ana Cristina Araújo Alves defende que o processo de desumanização, que passa pela afirmação de uma identidade em detrimento de outra, “é o que sustenta discursos e práticas de exclusão e aniquilação” (ALVES, 2005, p. 420).

Na esteira dos massacres embasados, num primeiro momento, em critérios étnicos, mais uma vez, reais ou imaginados, é possível evocar talvez o exemplo por excelência em que a diferença foi criada, transformada e formatada para justificar um dos mais perversos genocídios da história, o Holocausto. Em pormenorizada análise sobre a catástrofe nazista, Zygmunt Bauman em *Modernidade e Holocausto* (1998) apresenta de maneira explícita o papel da identidade para fundamentar o processo de desumanização da população judaica, marcada por etapas de diferenciação, estranhamento e degeneração dos judeus concomitantemente à exaltação dos arianos. Em especial nos subcapítulos “A desumanidade como função da distância social” e “Produção social da distância”, o autor revela de forma irretorquível o elemento da construção identitária, com viés negativo, para solidificar o projeto de extermínio judeu, sendo uma variável basilar na análise sobre o ocorrido.

O debate identitário, em uma apreciação *lato sensu* nos casos relatados, permeia uma incomensurável quantidade de eventos e fenômenos sociais modernos, constituindo um inescapável elemento na análise sociológica desses mesmos fenômenos. Componentes de cunho identitário podem ser encontrados desde um triste marco para a história da humanidade como o Holocausto até a disposição espacial e social de uma pequena região, como

Winston Parva⁶, cidade marcada por uma distância entre o establishment local e os outsiders, não obstante a equivalência econômica e de indicadores formais entre esses e aqueles. Com isso não se quer dizer que os episódios analisados sejam explicados de maneira uni-variada a partir das identidades e nem mesmo que seja a principal variável nos casos tratados; deseja-se apenas demonstrar os elementos de cunho identitário nesses fenômenos e como esses episódios tomam de empréstimo esses mesmos elementos do processo identitário para fins que não são exatamente nobres, indicando assim o trânsito conceitual que, em princípio, se pretende açambarcado e monopólio dos legítimos movimentos sociais das esquerdas identitárias com pleitos igualmente legítimos e necessários.

Retornando a tópicos identitários mais tradicionais, relacionados à raça, ao gênero e à sexualidade, parece pertinente citar o caso do juiz americano Clarence Thomas. O então presidente dos Estados Unidos em 1991, George H. W. Bush, optou por indicar um juiz negro de tendência conservadora para a Suprema Corte, julgando que agradaria tanto seu eleitorado branco, por ser conservador, quanto a população negra, por ser negro. Entrementes, Thomas foi acusado de assédio sexual por uma ex-colega de trabalho chamada Anita Hill, também negra. Eis o resumo desse jogo de identidades e suas interposições:

As mulheres negras estavam divididas, dependendo de qual identidade prevalecia: sua identidade como negra ou sua identidade como mulher. Os homens negros também estavam divididos, dependendo de qual fator prevalecia: seu sexismo ou seu liberalismo. Os homens brancos estavam divididos, dependendo, não apenas de sua política, mas da forma como eles se identificavam com respeito ao racismo e ao sexismo. As mulheres conservadoras brancas apoiavam Thomas, não apenas com base em sua inclinação política, mas por causa de sua oposição ao feminismo. As feministas brancas, que frequentemente tinham posições mais progressistas na questão da raça, se opunham a Thomas tendo como base a questão sexual. E, uma vez que o juiz Thomas era um membro da elite judiciária e Anita Hill, na época do alegado incidente, uma funcionária subalterna, estavam em jogo, nesses argumentos, também questões de classe social. (HALL, 2002, p. 19-20)

⁶ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Da descrição do acontecido em 1991 na Suprema Corte americana por Stuart Hall, é razoável depreender a complexidade e eventual confusão causada pelos distintos traços identitários reunidos em uma mesma pessoa, no caso em questão o juiz Thomas Clarence – negro, conservador, supostamente sexista, membro da elite judiciária etc. Apenas essas quatro características conseguiram suscitar uma discussão política de dimensão nacional nos Estados Unidos e dividir a opinião pública, dividir o posicionamento entre negros e brancos, entre brancos e brancos e entre negros e negros. A diferença e sua tentacular multiplicação. Em uma breve análise política, de forma pragmática, percebe-se, em última instância, a fissura e o sectarismo entre progressistas, negros e feministas que, de aliados naturais, passam a disputar entre si os mesmos espaços e confrontam-se de maneira contraproducente para suas próprias causas.

Por esse caminho, as vertentes ou grupos internos aos movimentos descentralizam os anseios da organização e diluem politicamente os discursos, caminhando para novas essencializações/cristalizações identitárias e novas rupturas, o que inevitavelmente acaba por truncar o processo de reconhecimento dessas embrionárias identidades, obstaculizando efetivamente uma maior participação na atual dinâmica representativa. Além do surgimento de novas modalidades de identificação e criação identitária, a intersecção de variáveis como raça e gênero (para não citar os recortes de classe, pois exorbitaria o paradigma adotado) impõem certas questões e apresentam alguns contratempos práticos e teóricos para os movimentos. Emblemático exemplo dessa discussão se deu no interior e nas fases (ou ondas) da experiência feminista.

Grossíssimo modo, a origem do movimento feminista remonta a um ideal pautado pela noção de igualdade, pela luta da mulher contra a opressão do homem e em busca de uma sociedade igualitarista através da mudança de históricas estruturas misóginas. Nesse momento, fica claro o processo de abstração concentrado na figura da mulher, na generalidade - quase chocante para os parâmetros atuais - da palavra no singular, de acepção universalista que abrange todo um grupo em desvantagem dominado pelo homem, esse também genérico. Com essa formatação, esse primeiro momento do feminismo

é acentuadamente marcado pela bipolarização homem-mulher e pela demanda de igualdade entre os termos. Dessa forma, o posicionamento crítico das mulheres não impedia que sua teoria e seu discurso estivessem inseridos dentro das grandes narrativas com alto teor de abstração e de modelos universais.

Da abstração, do genérico e do universalista o movimento caminha para um acréscimo dos então termos postos a partir da noção de gênero e começa a produzir um primeiro material com esboços diferencialistas em sua teoria – não apenas interessa transmutar valores misóginos em estruturas neutras como propagado em um primeiro momento, é preciso ainda entender o dado da diferença sexual, das características próprias das mulheres, enquanto mulheres, em contraponto às características dos homens, enquanto homens. Enquanto isso, indagações de toda sorte e formato foram sendo desafiadas desse novo posicionamento da segunda onda ou fase do feminismo, questionamentos esses propícios ao novo tom adotado pelo movimento, isto é, a diferença generificada tecendo novas questões: o que embasa as diferenças entre homens e mulheres, a natureza ou a cultura? Sendo verdade que a biologia é distinta entre homens e mulheres, conviriam políticas e leis iguais para ambos? Nesse momento, surge então uma grande narrativa de cunho particular, rompendo a universalidade narrativa de antes: formação de uma *woomanhood* em contraposição a uma *manhood*, sendo a primeira “desbiologizada por um lado, em virtude do conceito de gênero, e essencializada por outro” (PIERUCCI, 1999, p. 126-127); com isso, institui-se um dimorfismo conceitual e discursivo, iniludivelmente sendo produto de um diferencialismo imberbe que, mais tarde, apresentar-se-á mais hirsuto, mais barbado.

Do dimorfismo, da ruptura em dois, entre mulheres e homens, vê-se novamente o bafejo das divisões, agora não mais em dois, mas em incomensuráveis possibilidades, uma indelével cizânia na *woomanhood* – não mais se compreende a mulher enquanto mulher, mas enquanto mulheres no plural, devidamente compostas de suas particularidades e características. A descoberta da heterogeneidade interna do movimento feminista foi primeiro revelada pelo seu imbricamento racial e de classe, afinal de contas as

mulheres pertenciam a classes diferentes e a raças diferentes. Por esse raciocínio, vislumbra-se sem maiores dificuldades o que se segue: além da classe e da raça, as mulheres diferem entre si também no âmbito da sexualidade, da etnia, da religião e em muito outros pontos. Logo, não levar em consideração a multiplicidade de variáveis no interior do movimento seria essencializar a identidade feminina, consistiria não em falar das mulheres no plural, mas em falar das mulheres brancas. Das mulheres brancas e burguesas. Das mulheres brancas, burguesas e heterossexuais. E que também não usam véu. E que... ad infinitum. Isto é, quanto maior a pluralidade do discurso diferencialista, maior o essencialismo do discurso abstrato. A concretude dos contextos levados em consideração é sempre pluralizante e inegavelmente monádico. A concretude é o habitat natural da minudência.

Da trajetória descrita, pode-se claramente perceber a produtividade de categorias e fenômenos sociais a partir de uma diferença primeira, da multiplicação acelerada das diferenças que produzem diferenças. Da igualdade almejada na primeira fase passa-se para a divisão das duas partes que se queriam iguais e dessa segunda parte de bipolarização passa-se para a multiplicidade interna, estabelecendo uma ordem de heterogeneidade sem precedentes no interior do movimento. Neste último momento, ou terceira etapa, surge uma (im)pertinente questão sobre a prioridade e o foco do movimento feminista, assim como outros movimentos análogos: em que medida não se afastaram de suas demandas originais, motivos mesmos de sua criação, e passaram a secundarizar os opressores, focando em particularidades internas (por legítimas que sejam)? A criação irrestrita de grupos distintos no interior do movimento e a consolidação desses mesmos grupos, além de gerarem novos segmentos internos, com diferentes visões ideológicas e ferramentas conceituais, dificultam as tratativas em seu interior e minam o poder de atuação do movimento como um todo, sendo despendido todo um esforço e energia prévios entre os próprios pares para pacificar discrepâncias endógenas. Nesse sentido, há de se observar se as consequências são exatamente salutares para as causas do movimento quando as diferenças internas são enfatizadas, tendo em vista que essas mesmas diferenças produzirão ainda mais diferenças a serem consideradas e

levarão a repetição dessa mesma lógica que, indiscutivelmente, alarga a distância entre os objetivos primeiros e a realização dos mesmos.

Ícônico exemplo da extensão e maleabilidade do repertório conceitual das vertentes feministas, que por vezes pode ser utilizado para contraposição mútua em detrimento das necessidades objetivas das mulheres, pode ser encontrado no Caso Sears, amplamente analisado e conhecido entre as feministas. Isto é, a consequência das teorias forjadas ao molde faccional de um mesmo movimento tem incidência objetiva, transcendendo o mero embate intelectual e o mavioso clima de produção de ideias libertárias. Em resumo, o caso citado consiste em uma ação movida pela Equal Employment Opportunities Commission (EEOC) contra a Sears, Roebuck and Company, a maior empresa varejista e o maior empregador de mulheres dos Estados Unidos dentro do setor privado; a ação ocorreu em 1979 e tratava-se de um processo de cunho criminal em função de alegada discriminação sexual no que se refere às contratações para os cargos mais bem remunerados. Entre 1984 e 1985, o julgamento do caso contou com a presença de duas historiadoras feministas, sendo a Alice Kessler-Harris responsável pela acusação e a Rosalind Rosenberg responsável pela defesa – esta utilizando o repertório diferencialista, aquela o repertório basicamente igualitarista. A empresa Sears saiu vitoriosa do embate, segundo a Corte Distrital de Chicago, Illinois: exemplo negativamente emblemático dos desdobramentos conflituosos entre perspectivas distintas de distintos segmentos do movimento feminista, não obstante a inquestionável boa-fé das perspectivas. Como declamara Ruy Guerra em Fado Tropical: Se trago as mãos distantes do meu peito / é que há distância entre intenção e gesto, / e se o meu coração nas mãos estreito / me assombra a súbita impressão de um incesto⁷.

⁷ Música Fado Tropical do Álbum Chico Canta de 1973.

2 RECONHECIMENTO, REPRESENTAÇÃO E CIDADANIA

2.1 Reconhecimento: Taylor, Honneth, Fraser

Para encerrar a parte teórica que corresponde ao primeiro capítulo do trabalho, será abordado o conceito de reconhecimento, como não poderia deixar de ser em um estudo que versa sobre identidade. Tendo em vista a sinuosidade do processo identitário, não se pode falar em etapas ou momentos que constituem tal processo, sendo a temática do reconhecimento discutida apenas ao final da parte teórica do presente estudo tão somente por razões didáticas, não guardando relação alguma com qualquer tipo de “etapismo”.

Conceito caro à temática identitária, o reconhecimento perpassa diversas dimensões e variados momentos do processo identitário, consistindo em fator ora individual, ora coletivo, ora do âmbito privado, ora da esfera pública, sendo portanto elemento fundamental no assunto tratado até então. De acordo com o filósofo Charles Taylor, a consolidação da teoria do reconhecimento, em sua acepção filosófica, remonta à Hegel. Sua emergência se deve, por um lado, à transição da noção pré-moderna de honra para a ideia de dignidade na modernidade e, por outro lado, da ascensão das identidades. Ou melhor, não é que as identidades não existissem, existiam, todavia não consistiam em grande questão por serem previamente estabelecidas de acordo com a posição social que cada um ocupa na sociedade e altamente vinculadas à noção de honra. A partir do momento que a modernidade apresenta moldes teoricamente favoráveis à universalidade e ao igualitarismo, a concepção de honra cede espaço para o conceito de dignidade compartilhada entre os cidadãos (ANDRADE, 2013). Por esse caminho, o reconhecimento seria um fenômeno intersubjetivo em direção à formação do self, tendo dimensões interiores e coletivas ao mesmo tempo e em constante movimento. Isso quer dizer que o reconhecimento não significa uma meta a ser perseguida ou alcançada, que não se consegue atingir o reconhecimento através do Estado, não constitui em ponto de chegada ou um fim em si mesmo; trata-se antes de permanente negociação intersubjetiva, intimamente relacionada às relações sociais vigentes e aos atores sociais (MENDONÇA, 2007). Para o filósofo canadense, a consolidação das identidades suscita uma política da diferença,

que diverge em seu *modus faciendi* da política de dignidade universalista, de caráter homogeneizador, mas que, em última instância, converge para um fim igualitarista:

O que subjaz à exigência de reconhecimento é um princípio da igualdade universal. A política da diferença implica inúmeras denúncias de discriminação e recusa da cidadania de segunda categoria. É aqui que o princípio de igualdade universal coincide com a política de dignidade. (TAYLOR, 1998, p. 59)

Dessa forma, para Taylor a política de reconhecimento passaria pelo estatuto de igualdade da política de dignidade através da política de diferença que trataria diferentemente os diferentes e de acordo com suas diferenças. Vale dizer, mira-se na diferença para atingir a igualdade. De forma análoga, Axel Honneth compartilha da ideia de que o reconhecimento se trava a partir de instâncias intersubjetivas, que se trata de uma luta moral, utilizando como referência para sua teoria do reconhecimento o repertório conceitual hegeliano a partir de uma releitura da obra de George Herbert Mead. Honneth ancora sua teoria através de três dimensões fundamentais pelos quais o processo de reconhecimento passaria e atingiria sua plenitude. Se para Hegel essas dimensões seriam a da família, a do direito e a da eticidade e para Mead das relações primárias, das jurídicas e as da esfera do trabalho, para Honneth as formas acontecem nas relações primárias (amor, amizade), nas relações jurídicas (direitos) e na comunidade de valores (solidariedade) (HONNETH, 2003, p. 211).

Para explicar o reconhecimento na dimensão das relações primárias, o autor se baseia na obra do psicanalista inglês Winnicott e aborda a relação que se estabelece entre mãe e filho com o intuito de identificar a dedicação emotiva como um dos primeiros modos de reconhecimento na vida das pessoas. Para Honneth, a relação entre mãe e filho estabelece uma dinâmica que vai da fusão completa à dependência relativa, com etapas conflitivas em que as partes se reconhecem, ainda que dependentes, como seres autônomos, gerando uma autoconfiança necessária de natureza carencial e afetiva, além, claro, da integridade física do sujeito. Nas relações jurídicas, o modo de reconhecimento se dá a partir do respeito cognitivo pautado por princípios morais de cunho universal, instrumentalizados no papel do direito que tem como objetivo

estabelecer um sistema igualitário que permita que as pessoas reconheçam umas às outras. Nessa dimensão, os direitos concederiam uma concepção abrangente de reconhecimento, abrangendo inclusive questões de ordem material para os sujeitos e permitindo o auto-respeito, o que geraria, nas palavras do autor, a “integridade social” do ser humano (HONNETH, 2003, p. 211). Nessa parte, Honneth faz menção ao sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall que estabeleceu as três ondas de direitos em sua obra *Cidadania, Classe Social e Status* (1967) - os direitos civis (séc. XVIII), os direitos políticos (séc. XIX) e os direitos sociais (séc. XX). Por fim, o terceiro modo de reconhecimento refere-se à noção de estima social que seria oriunda de uma relação de solidariedade coletiva, encerrando assim as dimensões para um integral reconhecimento ao lado das relações afetivas e das garantias jurídicas. A solidariedade coletiva facultaria aos sujeitos e grupos valores como dignidade e honra, possibilitando assim a auto-estima dos envolvidos ao lado da autoconfiança e do auto-respeito já mencionados (HONNETH, 2003). Vale ressaltar que no entendimento de Honneth o não reconhecimento nesses três âmbitos descritos pode gerar maus-tratos e violação, privação de direitos e exclusão e degradação e ofensa, respectivamente, e que, ao mesmo tempo, esse não reconhecimento consiste justamente na explicação e no fator propulsivo da luta por reconhecimento de pessoas e segmentos nas sociedades modernas (MENDONÇA, 2007).

Por sua vez, Nancy Fraser em seus ensaios sobre a teoria do reconhecimento analisa criticamente alguns pontos da produção de Taylor e Honneth sobre o assunto. Sem a pretensão de revisar o antológico debate travado entre Fraser e Honneth, já abordado e revisitado amiúde, serão ressaltados apenas dois contrapontos feitos por Fraser no que se refere aos conflitos econômicos e a necessidade de redistribuição material para a efetividade do reconhecimento e do risco de essencialização das identidades que, segundo a filósofa americana, foram pontos não contemplados, ou pelo menos não abordados a contento, na produção do filósofo canadiano e do filósofo e sociólogo alemão. Como a presente produção já dedicou parte sua para tratar sobre essencialização identitária e como o pensamento de Fraser já foi utilizado para fins de contextualização do debate sobre identidades no início

do trabalho, parece razoável demonstrar sucintamente no que a autora difere em seu entendimento de reconhecimento dos autores acima mencionados. Nancy Fraser, a partir da construção de um modelo assentado na ideia de status, prioriza a dimensão social dos grupos identitários, seu espaço e oportunidades no todo da sociedade, importando fundamentalmente a paridade de participação em detrimento de questões de ordem mais psíquica ou de estigmas pontuais e difusos no tecido social. Para se alcançar uma condição de não subordinação social ou de paridade de participação, faz-se necessário romper com padrões institucionalizados de desvalorização cultural, isto é, a centralidade do pensamento de Fraser dirige-se de maneira franca ao âmbito público, passa fatalmente pela institucionalização de procedimentos que garantam paridade e não produza, ou ao menos minimize, a desvalorização de grupos e conseqüente subordinação social.

Como já aventado anteriormente, o modelo de status defendido por Fraser parece abarcar com propriedade elementos importantes que não foram tão extensivamente abordados por Taylor e Honneth, além de apontar uma saída para o que a autora denominou de esquizofrenia filosófica composta por uma suposta antítese entre a moralidade kantiana (ideia de justiça pela redistribuição material) e a ética hegeliana (ideia de bem pelo reconhecimento). Em que pese o fato da inovação ou aperfeiçoamento teórico sobre o assunto e do caráter propositivo para a resolução de um gargalo de cunho filosófico, quando se pensa em termos de aplicabilidade do modelo proposto, ou seja, a instrumentalização de políticas ou ações que levem a uma condição de paridade de participação, depara-se com a iminente dificuldade de distinguir ações dessa natureza com as já atualmente em curso que aí estão, diga-se, mais próximas ao modelo de reconhecimento de Honneth e de Taylor. Isto é, em termos práticos, de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas ou intervenções do âmbito público nesse sentido, pouco se altera comparativamente, não obstante a distância teórica das proposições analisadas. Vale ilustrar: o advento da Carteira de Nome Social para travestis e transexuais e a determinação de que os órgãos públicos aceitem tal documento aproximar-se-iam do modelo de Honneth e Taylor como ações culturalmente identitárias, simbólicas, de reconhecimento do segmento; ao passo que o

reconhecimento jurídico para fins de herança entre casais homoafetivos estaria mais próximo do modelo proposto por Fraser, por contemplar, além do reconhecimento destinado ao grupo em questão, ganhos de natureza material e participação equânime nas regras já instituídas do jogo. Os dois exemplos listados acima representam políticas de reconhecimento que, mesmo com diferenças teóricas entre si, em termos de efeitos práticos, de impacto das políticas, equiparar-se-iam, não gerando mudanças substantivas, em que pese o fato do modelo de Fraser ter uma visão mais abrangente de reconhecimento. Por fim, na instrumentalização das políticas públicas, à luz das teorias estudadas, vale parafrasear Caetano Veloso - a prática é real e de viés, não obstante os “quereres” teóricos⁸.

2.2 Identidades e os limites do modelo representativo de cidadania

Após todos os processos identitários descritos, suas fases de constituição, consolidação, essencialização/cristalização, rupturas e reconhecimento, chega-se ao ponto em que a identidade e seu grupo precisam ser representados, participar politicamente da vida social de forma institucionalizada, seja a partir de grupos ou movimentos que sirvam de porta-vozes do segmento a partir da sociedade civil, seja a partir da política partidária que defenderá melhores condições para essas populações através de leis e políticas públicas apropriadas a seus beneficiários dentro do público-alvo. De toda forma, lida-se ao final das contas com a noção de representação. Como visto até então, o processo identitário guarda intensa relação com a diferença, que por sua vez fomenta mais diferenças e produz rupturas, gerando assim uma atomização de demandas das mais diversas que eclodem continuamente; se é verdade que essas atomizadas demandas oriundas de fragmentadas identidades buscam sanar seus reclames sociais a partir da representação de seus grupos, esbarra-se fatalmente em questões teóricas que serão aqui discutidas.

A primeira delas, e mais óbvia, consiste na negação dos modelos genéricos e universalistas que compõe a ideia central das democracias

⁸ Referência à música “O Quereres”, do Álbum Velô 1984 de Caetano Veloso.

representativas, isto é, a formação de cidadanias plenas e equivalentes com cidadãos participando na política (não apenas, mas fundamentalmente) através de seus representantes escolhidos para tanto. Dessa maneira, o assunto desloca-se para outro gargalo, a saber, a quantidade e especificidade dos interesses a serem representados, que acabam por subverter a atual dinâmica representativa. Com um sem-número de pautas a serem representadas, a aquisição de direitos torna-se uma disputa simbólica e orçamentária de pequenas barganhas em prol do aperfeiçoamento de cidadanias inacabadas de dispersos nichos da sociedade que, por vezes, resvala em lobbys quase individualistas em detrimento de ganhos mais abrangentes em quantidade e qualidade. Vale um exemplo: no lugar da união do movimento LGBT para fazer aprovar o PL122/06 que trata da criminalização de práticas homofóbicas, que representaria uma estrondosa, histórica e inequívoca conquista para todos/as integrantes do movimento, luta-se difusamente por adoções, por nomes sociais, por casamentos, por programas de conscientização e capacitações que alertam para fragmentadas fobias. Seria um truísmo falar da importância e legitimidade das demandas defendidas pelo movimento e listadas acima; trata-se apenas de mensurar o alcance e o impacto efetivo das causas. Por sua vez, no lugar do lobby para criminalizar as práticas racistas ou sexistas, poder-se-ia utilizar a unificação dos segmentos envolvidos para pressionar por leis ou políticas mais abrangentes que criminalizassem práticas racistas, homofóbicas, sexistas, contra idosos, contra pessoas portadoras de deficiência física/mental etc. O que foi escrito acima não se pretende um texto normativo, mas tão somente uma ilustração de uma das diversas situações que não ocorrem efetivamente, para fins de elucidação do assunto tratado. Avançando no debate, percebe-se ainda certa incompatibilidade entre a especificidade diferencialista e o atual sistema de representação – quando mulheres não são “apenas” mulheres, mas mulheres negras, mulheres negras e pobres, mulheres negras, pobres e lésbicas etc, depara-se com a basilar dificuldade de fazer-se representar tantas variáveis e imbricamentos sociais, tantos contextos particulares, gerando na melhor das hipóteses uma sub-representação, representantes que gaguejam sem dar conta de tantas vozes a serem emitidas no bojo dos representados. Isto é, a abstração de algumas (ou de muitas) características parece ser condição sine qua non para viabilizar um modelo

representativo a contento porque nem mesmo um modelo de auto-representação seria plausível sem um tanto de abstração e outro tanto de universalidade. No atual modelo, urge que seja salutar a relação entre identidade e representação, pois a primeira fatalmente passa pela segunda e se concretiza a partir dela.

É aqui que a representação se liga à identidade e à diferença. A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: 'essa é a identidade', 'a identidade é isso'. [...] É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade. Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação. No centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica das suas formas de representação. (SILVA, 2007, p. 91)

Encerrando o segundo capítulo, e tendo em vista a aproximação entre reconhecimento, representação e política pública, o capítulo subsequente traz sucinta revisão do conceito de política pública e sua relação com as demandas do movimento LGBT, fechando assim os principais ciclos que compõem o debate sobre identidades.

2.3 Política LGBT e suas colateralidades

Referindo-se tanto à disciplina acadêmica quanto às ações do Estado, o termo política pública abarca diversificado conjunto de significados. O campo acadêmico, de composição multidisciplinar, adota como objeto de estudo as intervenções do poder público, analisando sua estrutura, natureza e constituição, utilizando variadas ferramentas e recursos das mais diversas áreas do conhecimento – Ciência Política, Economia, Sociologia, Antropologia, Direito etc. Dessa forma, a definição do conceito e delimitação das fronteiras, enquanto disciplina acadêmica, constitui tarefa não muito grata. Sobre a política pública como intervenção pública, que é o foco para o assunto tratado nessa produção, pode-se dizer que

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar

essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAVIA, 2006, p. 28)

Não obstante a precisão e importância da citação acima para a literatura a respeito, a definição mais clássica sobre política pública continua sendo de Lowi (1964), que consiste na formulação de uma regra que estimule ou iniba determinado comportamento, individual ou coletivo, com o intuito de transformar, manter ou regular determinado fenômeno em determinado contexto. Além da definição mais clássica, Lowi (1972) criou também a tipologia mais difundida sobre políticas públicas, que podem assumir quatro formatos – distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas ou estruturadoras. As políticas distributivas se caracterizam por seu resultado ou impacto mais localizado, gerando assim, como refere o próprio nome, a distribuição dos recursos da sociedade; as políticas redistributivas têm em comum o fato de alocarem recursos em iniciativas que incidam em maior público que as políticas distributivas, marcadas por relações temporais de perdas e ganhos entre diferentes grupos sociais; as políticas regulatórias estabelecem normas de funcionamento para diferentes dinâmicas entre diferentes atores; e as políticas constitutivas ou estruturadoras determinam a estrutura e os procedimentos gerais da política.

A multiplicidade de significados que pode denotar o termo “política” – como intervenção pontual ou específica (política LGBT, por exemplo), como atividade de um setor específico ou diretriz governamental para determinada área (política de saúde, de educação etc), como conjunto de ações que integram um plano com objetivo abrangente (política de erradicação da pobreza), ou ainda como referência regulatória (política ecológica) - endossa o rol de dificuldades encontradas na área das políticas públicas. Para estabelecer

a distinção entre diferentes dimensões da palavra “política”, além das já citadas, recorre-se ao tradicional estrangeirismo articulado em três termos – *polity*, *politics* e *policy*. O primeiro termo evoca o caráter institucional da política, como a estrutura e o funcionamento dos três poderes e da máquina estatal; o segundo denota basicamente dinâmicas em que ocorrem disputas por poder; e o terceiro refere-se às ações propriamente ditas do Estado, ou seja, as políticas públicas enquanto intervenções. Outro trio conceitual caro às políticas públicas, vinculado principalmente à fase da avaliação da política, consiste na tríade efetividade (em que medida a política está sendo ou foi implementada de fato), eficácia (se o(s) objetivo(s) estipulado(s) pela política foi ou foram alcançado(s)) e eficiência (que estabelece a relação custo-benefício da política pública). Ainda outro parâmetro também sistematicamente abordado é a legitimidade da política, ou o grau de aceitação por parte dos beneficiários.

Didaticamente, a política pública é composta por etapas distintas que, grosso modo, são articuladas em torno da formulação, da implementação e da avaliação da política. Tal divisão representa a maneira pela qual os autores da área organizam o estudo das políticas públicas, sendo a experiência empírica diversa do esquema traçado. Tais etapas podem ser subdivididas indefinidamente em subetapas. Schimidt (2008) compreende cinco fases distintas: percepção e definição de problemas, inserção na agenda política, formulação, implementação e avaliação. Como foi dito, as fases constitutivas das políticas públicas podem ser subdivididas de diversas maneiras, todavia convém distinguir algumas etapas do modelo de Schimidt, para melhor compreensão do todo da política e os diferentes processos que envolvem as várias searas e tipos de negociação. A primeira e segunda fase podem ser compreendidas como formação da agenda e elaboração da demanda. Para Kingdon (1984), a *agenda governamental* é composta por assuntos que, por uma série de variáveis e contextos, chamam a atenção dos fazedores de política (ou *policy makers*). Das diversas temáticas que podem chamar a atenção dos formuladores ou fazedores de política, um grupo seletivo de assuntos integrará prioritariamente a *agenda decisional*, a qual agrega demandas que serão concretamente atendidas e progredirão para a etapa da formulação. Ainda segundo o autor, a mudança de agenda se dá a partir da convergência de três fluxos: do processo de transformação ou definição de um

assunto/questão em problema (através de indicadores, de crises, de eventos etc); do processo competitivo das soluções ou alternativas encontradas para os problemas apresentados (geralmente as propostas factíveis em termos técnicos e com razoabilidade orçamentária são escolhidas); e o processo político, o qual possui dinâmica própria, caracteriza-se simplificada por moeda de troca e poder de barganha. A terceira etapa pode ser concebida como a formulação da política, na qual a alternativa ou solução escolhida para determinada demanda é detalhada, estabelecida juridicamente, registrada formalmente com objetivos definidos e regulada administrativa e financeiramente. A quarta e quinta etapa são constituídas pela implementação e execução da política. A implementação consiste na preparação, principalmente técnica, para realizar as ações como fora estabelecido previamente. É o momento em que se delibera acerca das estratégias de execução, como as ações serão norteadas, a partir de qual modelo (como “de cima para baixo” e “de baixo para cima” ou top-down e bottom-up), fase na qual são ponderadas questões como autonomia e discricionariedade da burocracia nível de rua (burocratas que executam a política na ponta), identificação de variáveis que possam facilitar ou dificultar a efetividade da política etc. A etapa da execução representa a prática efetiva das ações previstas, com vistas a alcançar os objetivos propostos. Por fim, a sexta e a sétima fase consistem respectivamente em acompanhamento e avaliação da política. O acompanhamento nada mais é que uma supervisão das ações desenvolvidas e em desenvolvimento, com o intuito de identificar problemas na execução da política e apontar eventuais soluções/adaptações/alternativas. Já a fase da avaliação se distingue por ser uma análise que ocorre após a execução da política, verificando os resultados, mensurando o impacto ou apontando as transformações ocorridas após a política, dependendo da natureza da avaliação. As etapas e conceitos mencionados anteriormente representam ferramentas úteis na medida em que oportunizam uma análise mais criteriosa da política e uma explanação mais didática de seus processos constitutivos, embora muitas vezes a experiência empírica apresente dinâmica diversa.

Do rol conceitual apresentado acima, percebe-se um nítido etapismo: das políticas públicas estruturadas institucionalmente, bem como a disciplina acadêmica, grupos de toda sorte pressionaram por suas demandas,

merecendo destaque o movimento de mulheres que inaugurou, junto ao movimento feminista, a noção de gênero nas políticas. A partir da dimensão de gênero nas políticas, surgiram iniciativas que propunham romper com o esquema gênero-mulher, desbravando inclusive intervenções do poder público direcionadas aos homens, pois que a concepção de gênero abrange todos os seres generificados. Em tal esteira, o movimento LGBT pontuou seus reclames e obteve êxito, indicando que para além do binarismo mulher/homem, existe transitoriedade em termos de gênero e conseguiu galgar políticas públicas direcionadas a algumas históricas reivindicações do movimento. Todavia, convém avaliar esse processo mais pormenorizadamente.

Dentre os movimentos sociais, as mulheres já figuravam desde o final dos anos 1970 como agentes de pressão no espaço público, trazendo a pauta de gênero para o debate da época. Ou seja, a constituição dos movimentos de mulheres com a temática de gênero consiste em mudança política das questões de gênero, que foram levadas para o debate público, pois até então pertenciam ao âmbito privado. Nesse sentido, houve parceria entre os movimentos de mulheres e o movimento feminista, tendo este último foco na questão de gênero e sua inserção na agenda (FARAH, 2004, p. 50). Ainda segundo Farah (2004), o movimento feminista no país se fortaleceu junto com a consolidação dos estudos de gênero no final da década de 1970. Para a autora, ainda hoje conceito de gênero mais difundido é o da perspectiva do feminismo da diferença:

O conceito de gênero foi incorporado pelo feminismo e pela produção acadêmica sobre mulheres nos anos 1970 e, desde então, tem sido interpretado de formas distintas por diferentes correntes do feminismo. Segundo Marília Carvalho, o uso ainda hoje mais frequente do conceito é o proposto pelo feminismo da diferença. Este rejeitou pressupostos do feminismo da igualdade, que afirmava que as únicas diferenças efetivamente existentes entre homens e mulheres são biológicas-sexuais, e que as demais diferenças observáveis são culturais, derivadas de relações de opressão e, portanto, devem ser eliminadas para dar lugar a relações entre seres 'iguais'. Para as teóricas e os teóricos da diferença, o conceito de gênero remete a traços culturais femininos (ou, no polo oposto, masculinos) construídos socialmente sobre a base biológica. Constrói-se assim uma polarização binária entre os gêneros, em que a diferença é concebida como categoria central de análise, fundamental na definição de estratégias de ação. As diferenças entre homens e mulheres são enfatizadas, estabelecendo-se uma polaridade entre masculino e feminino, produção e reprodução, e público e privado. Para o feminismo da diferença, o poder concentrar-

se-ia na esfera pública, estando nessa polaridade a origem da subordinação das mulheres. (FARAH, 2004, p. 47-48)

Das iniciativas citadas, vale destacar a IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing (1995), da qual emergiu uma importante perspectiva de incorporação do gênero pelas políticas públicas – o conceito de transversalidade. Tal conceito instrumentaliza a apropriação dos aspectos de gênero pelas políticas públicas, perpassando diversas dimensões da política e áreas de atuação. A ideia de transversalidade basicamente garante que as políticas dos mais variados segmentos relevem a dimensão de gênero, reconhecendo as diferenças e especificidades da mulher e do homem. Dessa forma, tornam-se visíveis os esforços para reverter a ordem patriarcal e os avanços em direção à efetiva consolidação da cidadania feminina e seu pleno gozo pelas mulheres. Pode-se destacar também a iniciativa, ainda que tímida, de trazer o homem para as políticas públicas de gênero. Exemplo emblemático é a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (2008). A generificação do homem e sua elegibilidade para políticas públicas que incorporem as dimensões de gênero consistem em importante estratégia para avançar no debate conceitual do conceito e romper com a sinonímia gênero-mulher que domina o âmbito das políticas públicas e o senso comum.

Além disso, e, sobretudo, nas realidades culturais, sociais e políticas dos contextos nos quais devem ser implementadas as recomendações das conferências da década de 1990, as demandas por serviços e direitos que se fazem hoje visíveis mostram que é inadequado e insustentável continuar pensando as agendas de gênero, política pública e direitos humanos a partir da perspectiva dualista (homem/mulher, cultura/natureza). Para tomar o Brasil como exemplo, uma pauta consistente de políticas públicas em população em desenvolvimento não pode desconsiderar as muitas demandas do movimento LGBT em relação a educação, trabalho e saúde sexual e reprodutiva, por exemplo. Para ilustrar as insuficiências do “binarismo de gênero”, basta lembrar que há pelo menos duas novidades importantes em termos de medidas de política nesse campo: o protocolo do SUS para cirurgias de redesignação no gênero e portarias adotadas tanto no sistema educacional quanto no SUS para permitir que travestis e pessoas transgêneros que buscam essas instituições sejam chamadas e reconhecidas por seu nome social. (ALVES; CORRÊA, 2009, p. 131-132)

A introdução de expressões como equidade de gênero no texto constitucional e o reconhecimento de diversas formas de família foram conquistas importantes para pavimentar ganhos em torno dos direitos sexuais (ou política sexual), sendo a Constituição de 1988 o documento referência para embasar decisões de juízes e tribunais em favor de minorias sexuais. No plano

político, através dos grupos organizados de pressão, fica claro o imbricamento de pautas do Movimento Feminista, como saúde sexual e reprodutiva, e do Movimento LGBT (ou Movimento Homossexual na época), como o enfrentamento à AIDS, que convergiram para a concepção aglutinadora de “liberdade sexual”. De demandas marcadas por problemas sociais, seja a preocupação demográfica através das questões reprodutivas, seja a preocupação com a disseminação da AIDS, o poder público e os movimentos sociais passaram a adotar novo norte para a formulação de políticas públicas destinadas às minorias sociais, já não mais tão atreladas a questões como saúde, demografia, segurança e searas tradicionalmente vinculadas à ação do Estado. Do contexto citado, surge a noção de direitos sexuais, que nem sempre se refere diretamente à sexualidade, mas a grupos que em função de sua sexualidade foram ou são alijados de gozarem da integralidade de suas cidadanias. Vale ressaltar que políticas públicas propriamente ditas praticamente inexistem no âmbito LGBT, sendo preciso contar com o arbítrio de integrantes do Judiciário e com as diretrizes gerais de governos na esfera federal do Executivo para as minorias sexuais efetivarem seus direitos, ou seja, o poder Legislativo tem se posicionado como o maior entrave para a regulamentação e institucionalização de políticas públicas direcionadas à população LGBT.

Oriunda do histórico acima, a atual situação do movimento LGBT e de sua agenda consiste em uma extensa rede de atuação com diversificadas demandas, sendo defendida e promovida por diferentes atores sociais (ONGs, universitários, órgãos de governo, partidos políticos, ativistas, membros do Judiciário etc), com reclames cada vez mais caracterizados pelo que se denomina de políticas de identidade: união civil, adoção de crianças, nome social, redesignação sexual, criminalização da homofobia, bolsas profissionalizantes, cotas, atendimento adequado por agentes da área da segurança e da saúde etc. Não obstante os inequívocos avanços apresentados, de demandas relacionadas ao combate à AIDS a reivindicações abrangentes que compõem a totalidade cidadã, faz-se necessário tecer algumas considerações não exatamente positivas sobre o trajeto percorrido e o caminho ainda a se percorrer pelo movimento.

No artigo escrito pelo antropólogo Sérgio Carrara, Políticas e Direitos Sexuais do Brasil Contemporâneo (2010), pode-se observar algumas percepções que, embora inconclusivas, vão ao encontro da proposta defendida por esse trabalho. No estudo citado, o autor alerta para os perigos de se depender excessivamente das ferramentas judiciais para a população LGBT fazer valer seus direitos, isto é, alerta para a fragilidade de se efetivar uma política pública através da judicialização da política, a partir da noção de “direitos sexuais”, tendo em vista a distribuição assimétrica de acesso ao poder Judiciário, da precariedade de acesso a esses expedientes por populações mais vulneráveis. Outro ponto importante destacado pelo autor é a construção da política LGBT soerguida sobre os pilares dos Direitos Humanos, bojo abrangente que se move de acordo com a lógica de uma ventoinha, em sintonia com a biruta política vigente – o direito à vida que tem como valhacouto os Direitos Humanos pode defender tanto a vida do feto quanto a vida mulher. Por fim, o antropólogo salienta ainda sobre o movediço terreno que sustenta a aproximação entre o movimento LGBT e o poder público que, de original parceria, pode virar um ente híbrido, em que não se sabe ao certo aonde começa um e termina outro (CARRARA, 2010).

Cabe ao Movimento LGBT refletir sobre o quanto, na busca por recursos e por reconhecimento, tem sido arrastado para o interior das teias administrativas. De um lado, se o estreitamento dos laços entre organizações da sociedade civil e o Estado pode “empoderar” tais organizações, de outro, pode também limitar seu potencial crítico, criando situações de clientelismo e cooptação. (CARRARA, 2010, p. 144)

De fato, recapitulando o trajeto do movimento até aqui se pode perceber (ou intuir) que uma parte do grupo organizado LGBT na sociedade civil foi apascentada junto ao verdíssimo gramado do poder público e parte outra se põe a pescar nas piscosas águas da política partidária.

Feita a análise sobre os rumos percorridos e os a serem percorridos pelo movimento, cabe finalizar esta parte do trabalho articulando as reais e as virtuais colateralidades e a política LGBT, justificando assim a segunda parte do título do presente subcapítulo. Quando se aborda a temática das identidades à luz da realidade com que são feitas as políticas públicas, depara-se com cruciais questões: é possível instrumentalizar uma política identitária

sem reificar essa mesma identidade? É factível formular, implementar, avaliar e monitorar uma política para cada identidade em posição de vulnerabilidade? As políticas identitárias promovem mais a inclusão de grupos e pessoas do que sua exclusão? Seria exequível uma política de identidade que assistisse determinado grupo identitário sem exercer certo controle sobre essa mesma identidade? Para o presente trabalho, nenhuma das questões levantadas teria resposta afirmativa. Após sua formulação e implementação, quando se implanta uma política de saúde, por exemplo, para mulheres lésbicas, tanto os formuladores quanto os implementadores da ponta já traçaram um perfil específico, um imaginário dentro de certos parâmetros de quem seria, um ser estável portanto, o público-alvo dessa política focalizada. Caso contrário, não seria uma política destinada a uma identidade, focalizada, com aplicabilidade limítrofe, como são as políticas universais. Nesse sentido, a pessoa de determinada identidade (mulheres lésbicas) para conseguir acessar um bem ou um serviço públicos teria de se adequar ao entendimento comum já estabelecido pelos burocratas de nível de rua e pelos policy makers. Isto é, a identidade não se adequando às fronteiras estabelecidas sofreria a sanção de não poder acessar determinado bem ou serviço públicos, tendo assim tolhida a integralidade de sua cidadania. Como as identidades são muitas e as políticas são poucas, é razoável afirmar que políticas identitárias tendem a ser mais excludentes que inclusivas, caso, as identidades, resistam às normalizações bafejadas pelo que se entende por público-alvo. Da mesma forma, a miríade identitária frente aos recursos finitos do Estado inviabiliza que se contemple cada identidade com uma política específica. Seguindo ainda o mesmo raciocínio, a política pública de identidade fatalmente reifica a identidade objeto de intervenção, pois estimula sua manutenção por contemplá-la, ou seja, reconhecendo-a e assistindo-a, e inibe qualquer fluidez ou transitoriedade que possa ocorrer, de forma a não mais reconhecê-la ou assisti-la – a não ser que migre para alguma outra já institucionalizada, reificada, já destinatária da ação pública.

A visibilidade política conquistada em um primeiro momento pelo movimento LGBT através do combate à AIDS deixou marcas indeléveis na história do movimento e na sua relação com o Estado: é preciso observar se as

minorias sexuais passam por um processo de cidadização ou de SIDAnização, como sinalizou Pelúcio (2007). Não obstante a despatologização da homossexualidade em 1973 nos EUA e 1990 no Brasil, o fantasma da patologização sempre esteve a rondar o grupo, seja vinculando ainda hoje os LGBTs como grupo de risco, seja definindo oficialmente através da lista de códigos de Classificação Internacional de Doenças (CID 10) diversas identidades como portadoras de transtornos e desvios. A Resolução 1.652 de 2002 do Conselho Federal de Medicina e a Portaria 1.707 de 2008 oriunda do Ministério da Saúde regulamentam o processo de redesignação de sexo, ou processo transexualizador, no Brasil. Mais especificamente, o segundo ordena as condições para a cirurgia realizada pelo SUS e embasa a definição do público-alvo a partir do primeiro documento, o do Conselho Federal de Medicina, em que o/a eventual beneficiária/o é “portador de desvio psicológico permanente de desvio sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio” (Resolução CFM 1.652/02, parágrafo terceiro). Além disso, a lista de códigos da CID 10 apresenta o item F.64 que dispõe sobre “Transtornos da Identidade Sexual”. Disso deriva o óbvio, a saber, para determinada identidade obter acesso a um serviço público, e universal no caso, é bom frisar, estabelece-se que o/a eventual beneficiária/o do procedimento cirúrgico concorde, ou pelo menos aquiesça, com um prontuário de patologia, condição sine qua non para efetivar seu direito. Quer dizer, o procedimento é interpretado como corretivo, como parte de um tratamento para a doença de “transtorno de gênero”, de “transexualismo”. Assim, a cidadania de transexuais e travestis precisa ser negociada com a psiquiatria e demais instâncias normalizadoras. Dessa forma, pode-se afirmar que discursos geram e visibilizam identidades generificadas e, de certo modo, o engessamento de requisitos para procedimentos de redesignação de sexo demonstra uma trama de poderes que constituem sujeitos. Ainda, além da classificação de anormalidade pela psiquiatria, é preciso também passar pelo processo de ortopedia social de assistentes sociais, uma equipe de enfermagem, cirurgiões plásticos, mastologistas, otorrinolaringologistas, fonoaudiólogos, psicólogos, psiquiatras, ginecologistas, urologistas, endocrinologistas e uma equipe ética e jurídica.

Por outro lado, na tentativa de reverter, ou amenizar, o estigma que acompanha as ações públicas voltadas à população LGBT, a união civil homossexual é sistematicamente denominada de união homoafetiva, deixando clara a intenção de retirar a carga sexual da relação em um processo de higiene social, em explícita coonestação de um evento que constitui uma celebração natural, comezinha mesma, para as/os heterossexuais (e não heteroafetivos). Mais: esse asseio social se dá especialmente quando o casal homossexual está a pleitear a adoção de filhos/as, imprimindo moralidade ao matrimônio e fixando retidão ao casal, que então estará apto a cumprir o papel de mães e pais sérios, nos parâmetros do tolerável.

Já com relação à Carteira de Nome Social e à troca do nome de registro na carteira de identidade e demais documentos oficiais, ocorre interessante fenômeno analítico. Neste ponto, o autor do presente trabalho se permite reproduzir trecho de pesquisa realizada em 2013 na cidade de Porto Alegre/RS produzida por esse mesmo autor. Em entrevista realizada com Cristina, conhecida como Mãe Cris, líder da Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul (ONG Igualdade RS) em Gravataí, região metropolitana de Porto Alegre, sobre a diferença entre a Carteira de Nome Social e a troca de nome na identidade e se o público-alvo de sua região estava satisfeita com a instituição do nome social, ela diz:

Gostaram da ideia, porque elas são... tem umas que são meio caricatas, entendeu... daí eu tenho certeza que o juiz não vai acatar o nome de registro. Que para ter o nome de registro tem que ser uma pessoa que bata, porque vai lá chegar com a cara de homem, né... não adianta tu dizer que é [mulher] e bater o pé. Porque... quando eu fui fazer o meu processo de troca de nome, aí eu tive que apresentar fotos, cartas de pessoas que me conheciam há anos... que me identificaram lá...

E complementa:

O nome social é... para aquele tipo que eu te disse... já registro... acho que para todas não serve; não que eu seja linda, mas eu sei me comportar... em qualquer lugar que eu vou, eu dou minha carteira e me chamam de senhora... quer dizer que eu tenho uma conduta, né...

À luz do descrito acima, pode-se atentar que Mãe Cris, como líder de ONG e representante com relações diretas junto ao Estado, apresenta determinadas condições (tácitas) para as beneficiárias conseguirem acessar a política. Essas análises de conduta e características pessoais aventadas pela

informante podem servir também para desqualificar ou condenar alguém *a priori*, desviando o foco e o mérito da questão em si. Isto é, a travesti “com cara de homem” não está apta a fazer a troca de seu nome do registro civil por seu defeito estético, sua ambiguidade que gera confusão mental e jurídica, perturba a natureza e a norma estabelecida. Sua conduta “extravagante”, a carência de fiadores morais e a subversão explícita do binômio sexo-gênero deslegitimam, desautorizam e condenam seus desejos e direitos, possuindo uma cidadania completamente minada pelos jogos de verdade antes mesmo de receber o indeferimento propriamente dito de suas reivindicações. A não ser que passe pelos procedimentos de adequação e correção estética, psiquiátrica e moral, as personagens descritas por Mãe Cris pertencerão tão somente ao público-alvo da política - dificilmente ao grupo de beneficiárias (LARRATEA, 2013, p.42-43). Outra colateralidade do nome social é a reificação da dicotomia de gênero: pode-se migrar para o já (re)conhecido polo masculino ou polo feminino, de preferência acompanhado/a das características (de forma clara) que definem cada polo.

Os reveses apontados como colateralidades das políticas identitárias acima postos convergem em larga medida com as críticas da Teoria Queer, que, grosso modo, compreende as políticas de identidade como expedientes, dispositivos, de controle e exclusão das maneiras de se viver, bem como de manutenção do hegemônico via categorização em identidades. Não obstante a convergência entre as posições do presente trabalho e as críticas desenvolvidas pela Teoria Queer, o estudo agora desenvolvido adota outro referencial teórico – o dos escritos identitários de cunho culturalista. Na presente visão da pesquisa desenvolvida, as críticas e os reveses relacionados à identidade ou à política identitária são apresentadas com a intenção de aprimorar a literatura a respeito e perscrutar eventuais caminhos para melhor lidar com os gargalos empíricos observados ao longo do trabalho, sendo este último ponto o objetivo maior desse escrito. Almeja-se um mundo melhor ou *le meilleur des mondes*, como apregoara Pangloss⁹?

⁹ Personagem “otimista” que é ironizado pelo autor no conto *Candide* (1759) de Voltaire.

3 MOVBI: EXPERIÊNCIA INSITUCIONAL PIONEIRA NA(S) BISSEXUALIDADE(S)

3.1 Proêmio

Antes de começar a parte que abrange a pesquisa de campo, convém tecer alguns esclarecimentos quanto aos procedimentos metodológicos e também localizar a pesquisa. O estudo de campo foi realizado a partir de entrevistas no final de 2016 e começo de 2017 em João Pessoa, contemplando líderes de movimentos sociais e um gestor municipal. As entrevistas realizadas tiveram formato semiestruturado e foram registradas em gravador, com autorização prévia dos entrevistados por escrito, tanto para a gravação das entrevistas, quanto para a publicação das informações relatadas. A razão pela escolha de entrevistas semiestruturadas na pesquisa de campo se deve basicamente pela natureza do objeto de estudo, que têm por característica sutilezas permeadas de subjetividades e, conseqüentemente, explícita aproximação com a perspectiva qualitativa. Processos que constituem identidades e organismos faccionais no interior de movimentos apresentam matizes e deslocamentos nem sempre aferíveis a um instrumental mais rígido, necessitando assim de ferramentas mais ao sabor das falas e dos discursos. Destarte, faz-se necessário o uso de expedientes que priorizem a voz e a projeção discursiva dos representantes de minorias sociais para que melhor se compreenda suas motivações, em dinâmico processo de fazer-se no discurso, constituir-se na fala.

Dito isso, a atual pesquisa pede escusas por eventuais repetições temáticas e por sua estrutura de reprodução de falas disposta nos seguintes termos: foram escolhidas e reproduzidas sete passagens da entrevista realizada com o representante Adriano do MovBi, quatro passagens da entrevista concedida pelo representante Luciano do MEL e seis passagens do relato feito pelo coordenador Roberto Maia do Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa. Embora extensas as passagens escolhidas e analisadas, os trechos mencionados foram escolhidos em razão da objetividade de seus conteúdos, sempre convergentes aos tópicos vistos até então, no sentido de vincular empiricamente os fenômenos que foram teoricamente trabalhados ao

longo do estudo. Os atores e seus respectivos trechos de relatos foram selecionados entre as entrevistas feitas no sentido de aglutinarem didaticamente informações sobre os assuntos estudados. Os nomes dos entrevistados foram divulgados em seu original por se tratarem de pessoas públicas de fácil identificação e por autorizarem a publicação dos conteúdos obtidos nas entrevistas gravadas.

3.2 Bissexualidades

A localização espaço-temporal da bissexualidade não remete à Grécia Antiga nem tampouco aos primórdios da sexualidade humana; o que se observa sistematicamente em produções acadêmicas sobre o assunto são tentativas de se precisar a origem de determinados fenômenos o que, na visão do presente trabalho, constitui um duplo erro: a) definir a origem de um comportamento, ou no caso um desejo e/ou prática sexual, apresenta sempre o risco de se registrar através da legitimidade científica uma leviandade espaço-temporal de cunho acadêmico; b) as categorias geralmente empregadas nesse tipo de pesquisa não encontram muitas vezes a equivalência que o pesquisador faz crer, sendo, no caso, a concepção de bissexualidade um produto recente e de conotações diversas que é incompatível em termos de interpretação social ao que ocorreu na Grécia Antiga ou em outros momentos tão festejados pelos textos que tratam desse objeto. Mais, tal sanha de recorrer à origem de um fenômeno acaba muitas vezes por reforçar uma concepção essencialista de grupo identitário, que busca respaldo em uma história longínqua capaz de legitimar e unir um grupo em busca de seus objetivos.

Ao afirmar uma determinada identidade, podemos buscar legitimá-la por referência a um suposto e autêntico passado – possivelmente um passado glorioso, mas, de qualquer forma, um passado que parece “real” – que poderia validar a identidade que reivindicamos. (WOODWARD, 2000, p. 27)

Se avaliada em suas minudências a estratégia de coonestação identitária através de discursos que remetem a passados longínquos ou então aos paralelos realizados com o comportamento animal, dois expedientes não raras vezes utilizados, chega-se a conclusão de que tais discursos são contraproducentes – na intenção de legitimar a identidade em questão acaba-se por cair na armadilha dicotômica do natural e do não natural, na cilada

binária do normal e do anormal. Há distância entre intenção e gesto. Dessa forma, qualquer identidade que não produza um discurso que remeta a uma origem gloriosa, ou pelo menos longínqua, ou que não ampare essa mesma identidade em comportamentos animais, “naturais”, será relegada à anormalidade e ao artificialismo. Os bonobos são simpáticos, os golfinhos-nariz-de-garrafa também o são; mas continuam a ser macacos e golfinhos.

Para os fins almejados pela pesquisa desenvolvida por este trabalho, interessa menos identificar gêneses comportamentais do que avançar sobre os atuais gargalos que caracterizam a realidade sobre o assunto. Nesse sentido, a presente produção aborda a problemática em um entendimento mais contemporâneo e se atendo ao contemporâneo, no intento de compreender, em um primeiro momento, como a sexualidade tornou-se um assunto público, alvo da reivindicação de entidades da sociedade civil organizada e objeto de interesse do Estado. Segundo Foucault (1988, p. 13), “há dezenas de anos que nós falamos de sexo fazendo pose”, investindo assim contra a narrativa repressiva das sexualidades divergentes, hegemônica na época, e defendendo a tese de que essas mesmas sexualidades não sofriam proibições propriamente ditas, ainda que o poder público lançasse mão de expedientes no que se refere à interdição de determinadas identidades. Por esse caminho, o discurso da argumentação repressiva figurava como mais um elemento dentre os diversos mecanismos de incitação ao debate público sobre sexualidade e consequente constituição de saberes a respeito. Isto é, a questão formulada pelo filósofo francês expõe que o objetivo era antes administrar as sexualidades a partir de um repertório de saberes constituídos sobre a temática, através da emergência de diversificados discursos, que reprimir tais práticas, estruturando assim a relação entre saber e poder. Saber-poder para criar, regular e punir. Embora a capilaridade dos arranjos polimorfos que o poder assume tente regulamentar a interdição ou o controle, os desejos escorregam por entre os pilares normalizadores. Claro, não sem riscos de custosas sanções sempre a espreita – o desvio, o estigma, a patologização e a consequente marginalização constituem uma espécie de destino social para quem quiser se arriscar na subversão do poder e da regra:

Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutra lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro. O rendez-vous e a casa de saúde serão tais lugares de tolerância: a prostituta, o cliente, o rufião, o psiquiatra e sua histérica (...) parecem ter feito passar, de maneira sub-reptícia, o prazer a que não se alude para a ordem das coisas que se contam; as palavras, os gestos, então autorizados em surdina, trocam-se nesse lugares a preço alto. (FOUCAULT, 1988, p. 10)

Desse modo, as condutas tipificadas como transgressoras à norma são administradas e formatadas a partir de dispositivos corretivos, neutralizadores, sendo permitidas em sua plenitude apenas em contextos específicos e perifericamente isoladas dos espaços nos quais regem a força normalizadora e os pretensos bons costumes. Assim, a sexualidade passa a figurar como interesse de Estado, que por sua vez tenta gerir desejos impondo sanções a determinadas identidades. Dessa forma, partindo do pressuposto de que a sexualidade, bem como o sexo e o gênero que perpassam essas questões, são objetos de disputa e debate público e que, por conseguinte, precisam ser regulados e devidamente administrados, interessa agora compreender através de quais modelos esse controle se manifesta, que lógica permeia os corpos e suas condutas a fim de se evitar ao máximo as resistências que vão de encontro ao poder normalizador.

Que o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram. (FOUCAULT, 1988, p. 33)

O esquema sinóptico das oposições homólogas, traçado por Bourdieu (1998) em sua etnografia na Cabília, ilustra bem como as características de cada gênero se constituem a partir das polaridades do modelo, sendo também apropriado aos meandros da sexualidade. A força de lei do estabelecido em cada extremo sugere o pertencimento e o destino das pessoas e das coisas. O escopo de determinações que se situam nos polos além de reger as atuações dos que estão nos extremos, na norma, estabelece também a classificação dos desvios, sua intensidade. A fabricação de identidades sexuais se dá a partir da transitoriedade dos sujeitos entre o polo positivo (heterossexual) e o polo negativo (homossexual). Assim, por exemplo, um homem homossexual de identidade masculina sofrerá menos sanções que um homem homossexual

com trejeitos femininos, pois este último, além de subverter o “natural” (homem-masculino-heterossexual/mulher-feminina-heterossexual), incorpora e se relaciona com a parte negativa do modelo a partir dos trejeitos. Tal esquema cognitivo, o dicotômico, permite identificar a quantidade e a intensidade de desvios e inadequações de gênero e tudo que o acompanha, inclusive a sexualidade. Dos inúmeros casos que se pode ouvir ou presenciar, reproduzo um relato registrado por uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA) em parceria com a fundação Rosa Luxemburgo Stiftung (RLS) em 2008/2009, de uma coordenadora pedagógica de uma escola pública:

Temos um problema em minha escola: um garoto afeminado demais, com muitos trejeitos. Ele é ótimo dançarino! Ele apanha sempre dos colegas, e todos os professores riem dele. Está com 6 anos. Eu já lhe disse: “Tu és gay mesmo, tudo bem, eu respeito, mas para de desmunhecar, pois estás atraindo a ira dos outros sobre ti”. Já mandei chamar a mãe dele. [...] Que fiz com os outros? Nada! Fazer o quê? (PRADO; JUNQUEIRA, 2008, p. 52)

A promiscuidade imposta pelo sistema polarizado que embasa o gênero, o sexo e a sexualidade revela-se nos mais variados contextos, ganhando maior visibilidade em situações de violência, como no episódio relatado. Da homofobia velada à imposição e cobrança da conduta adequada de gênero, acompanha-se as manifestações de coerção para normalizar o sujeito. Se o sujeito não puder ser normalizado por completo, que pelo menos esconda seu atributo estigmatizado - sua perversão de “desmunhecar” para não “atrair a ira dos outros”. A conduta masculina e heterossexual se faz a partir da rejeição da noção de feminilidade e homossexualidade. Nesse sentido, a homofobia funciona como mecanismo de proteção das fronteiras sexuais e das normas de gênero (BLUMENFELD, 1992). Assim, o que importa ao estudo é menos a pretensa rigidez das normas sexuais do que a resistência dos corpos e comportamentos, revelando o conflito entre sujeitos e regras. Todavia, não apenas de estabelecidos e outsiders é que se compõe o cenário: na relação entre o modelo binário com seus diversos mecanismos coercitivos e punitivos e os sujeitos é que se pode verificar não apenas uma relação de recusa ou de aceitação da regra, mas também de negociação, na qual se torna visível a porosidade das fronteiras estabelecidas. A ideia de transitoriedade consiste em estratégia que desestabiliza a ordem dual, denunciando seu caráter de construto social, histórico, parcial, normativo, com vistas a legitimar o arbitrário

e naturalizar assimetrias. Dessa forma, fica claro que nem a experiência social, nem a biológica – sem falsos antagonismos - podem ser utilizadas para justificar a lógica dicotômica de gênero. Existências e identidades colocam em xeque o caráter natural de tal sistema – seja através da constituição de uma cultura específica, minoria que luta pelo reconhecimento de sua existência e de seus direitos, como transexuais e travestis, seja através da simples existência permeada pela ambiguidade, como as/os intersex, ou ainda dos desejos que frequentam compativelmente os polos distintos como as/os bissexuais. Assim, indivíduos que se encontram no centro do modelo binário e que gozam da ambiguidade, seja de sexo, de gênero ou de sexualidade ou de tudo, integram um conjunto de vidas e existências questionáveis, para não dizer suspeitas. A confusão gerada pelo dúbio e pela difícil classificação transcende questões conceituais e de aceitação, repercutindo de forma concreta no trivial - da escolha de vestiários, banheiros, provadores etc à determinação de qual presídio alocar as detentas travestis, os direitos de casais de matriz homossexual, o reconhecimento da identidade de gênero nas instituições para além do biologicismo do sexo, as abordagens generificadas de revista pela polícia em integrantes da comunidade trans etc. Desse modo, o modelo binário controla e condena não apenas o monstro que questiona a natureza e a ordem jurídica, a confusa aberração sexual e/ou generificada, mas também a mulher que não se submete aos preceitos machistas e patriarcais e os homens de masculinidade não-hegemônica. Isto é, pune as sinuosidades e reitera as trajetórias lineares - basta um trejeito “desviante” para as sanções normalizadoras atuarem em sua plenitude. O elemento que se demonstra perverso nessas dinâmicas de normalização é a capacidade de adaptação de tais práticas, de reprodução em menor escala mesmo dentro de movimentos minoritários que sofreram e sofrem com as investidas corretivas e que lutam contra essa violência. O sub-reptício poder polimorfo.

Nesse sentido, o movimento LGBT e sua relação com a parcela de bissexuais pode ser ilustrativa: do combate à conduta heteronormativa à instituição da conduta homonormativa. Como não poderia ser diferente, foi justamente a homo-norma que deu ensejo à criação do Movimento de Bissexuais da Paraíba. Segundo o relato do líder e fundador da organização,

Adriano, a origem da história remete a um núcleo bissexual inserido no Movimento Espírito Lilás que eclodira em um encontro municipal da juventude LGBT de João Pessoa em 2012. A partir da necessidade de reformulação do estatuto do MEL em 2014, travou-se uma discussão acerca das identidades que integrariam o MEL que, até então, reunia “*gays, michês heterossexuais, HSH, homens bissexuais, lésbicas, travestis e transexuais*” (Adriano do MovBi). Segundo o informante Adriano, que ocupava na época o cargo de tesoureiro do MEL, houve um movimento dentro da organização para planificar as identidades lá existentes e estabelecer o MEL como um movimento de homens gays.

Se você pegar a história do movimento da Paraíba, todos saíram de dentro do MEL. E transformar ele em uma unificação só de gays é desconstruir toda uma história. E pra ficar no MEL você vai ter que se assumir gay. Não, não vou me assumir gay. Mas você tem que se assumir gay. Não, por isso não, tome aqui seu cargo, se for por causa de cargo, eu entrego a tesouraria [...] Não posso me assumir enquanto gay [...] eu estou negando quem eu sou, eu estou negando vinte anos de história, vinte anos de procura para me identificar, pra me aceitar, o meu sofrimento, as minhas lutas [...] Se eu negasse que sou bissexual, estaria negando tudo isso. Eu vou estar negando uma história minha, e eu não quero isso. (ADRIANO)

Como é possível notar, a fala do informante traz à luz os processos de tentativa de homogeneização identitária no interior dos movimentos, com conseqüente resistência e iminente ruptura. O evento relatado representou o estopim para a fundação do MovBi e a diferença entre hetero e homossexuais acabou gerando a diferença entre hetero, homo e bissexuais em termos de institucionalização das identidades, falando apenas das categorias pertinentes ao presente estudo. O movimento centrípeto do MEL em torno da identidade gay masculina, espontâneo ou induzido, revela a dificuldade em se projetar com maior consistência à esfera política, que fatalmente passa pela representação de um grupo com relativa homogeneidade. Ao longo da entrevista, uma palavra aparece com muita frequência, a conjunção “enquanto”, no sentido de “na qualidade de”, que demonstra um potencial bivalente, aliada à concepção de autodeclaração de uma identidade, que pode criar um fôlego renovador nos movimentos ou representar um afastamento de objetivos antes comuns e, assim, enfraquecer a coesão tão importante para o poder de barganha.

Vocês não têm o direito de se assumirem enquanto gays? Eu tenho o direito de me assumir enquanto bissexual. Como se eu quiser me assumir enquanto um cachorro, eu sou um cachorro. Começou toda a discussão, eram 62 pessoas contra três. E quando bateram o martelo dizendo que a gente se retirasse daquele local e a partir daquele momento o MEL seria só de homens gays, mais algumas pessoas se levantaram e disseram que se for assim a gente se retira. Porque até então, a gente entrou no movimento na criação e ele agregava todo mundo. Vocês estão lutando contra o preconceito e tão formando um preconceito contra uma minoria. E de minoria para minoria, quem é menos ainda sai ganhando. Acho que essa parte o movimento esqueceu de estudar. (ADRIANO)

Ao mesmo tempo em que a “autodeclaração enquanto a isso e/ou aquilo” subverte a ordem estabelecida, inclusive, como gracejou o informante, transformar homens em cachorros negando a classificação de taxinomias irreduzíveis, pode também esgarçar o tecido institucional e o potencial de unificação em determinadas pautas de comum acordo. Na busca pela institucionalização e conseguinte visibilidade da identidade sexual em sua especificidade, a ordem das coisas impõe certo movimento emancipatório como saída para galgar certo reconhecimento tanto de dentro como de fora da organização dos LGBTs. Todavia, no caso da bissexualidade, o fato dessa identidade não demonstrar nenhuma marca sensível ou passível de se estereotipar, pois que existe fora das caracterizações da bipolarização homo-hetero, dificulta a construção e a manutenção da própria identidade, pois não sendo perceptível não é visível, não sendo visível não é reconhecida e, não sendo reconhecida, não pode ser representada, inviabilizando assim uma eventual política destina ao segmento.

Cada movimento que se insurge cria um novo movimento, se cria uma nova organização que acaba gerando briga em cima de briga pra um querer sair mais do que outro. E eu não queria isso, disse 'não dá, não quero'. Só que... fui obrigado a fazer. Se eu quero ser respeitado, se eu quero ter voz, eles não vão me respeitar enquanto núcleo, enquanto pessoa, mas sim enquanto entidade. (ADRIANO)

Assim, a lógica, de certa forma perversa, que funciona através da institucionalização das identidades através de entidades, como relatado, fomenta um movimento que, por um lado, gera maior representatividade do diverso, mas por outro lado traz um inchaço reivindicatório através da fragmentação. Pela ordem disposta acima dos relatos reproduzidos, percebe-se claramente a trajetória percorrida na direção de sua consolidação: a diferença insinua-se num primeiro momento sob o teto de uma mesma

organização; a partir das tentativas de homogeneização identitária dentro da organização, a diferença impõe-se mais fortemente e resiste ao processo; da resistência emergem os atritos e confrontos entre a identidade hegemônica - já cristalizada e/ou essencializada - e a identidade minoritária que, por sua vez, sói terminar em homogeneização ou ruptura. Longe de querer determinar a “cosmogonia das identidades”, o atual estudo pontua características que acompanham com certa frequência a formação e a constituição identitária, em especial no âmbito LGBT. Dito isso, parte-se para a etapa (didática) do reconhecimento, afirma-se a diferença que diferencia e busca-se o reconhecimento (ou visibilidade) dessa diferença, estruturando oficialmente as fronteiras da mais nova recém-nascida identidade. Tateando, ainda imberbe, procura-se um estatuto, reúnem-se os pares, eventualmente se introduz uma letra à sigla e passa a disputar seu quinhão de recursos (simbólicos e materiais) junto ao movimento LGBT. A conquista de um maior reconhecimento ou visibilidade bissexual é obstaculizada por diversos fatores, entre eles, poder-se-ia citar o trânsito entre os polos homo e hetero que mina o binarismo já solidificado em torno da questão, sendo a bissexualidade uma prática suspeita, digna de trânsfugas, que abala a heteronorma e a homonorma de uma só vez. Além disso, o reconhecimento bissexual enfrenta o inchaço das visibilidades já fertilizadas e que se encontram em um estágio hiperbólico no valhacouto do polo da homossexualidade:

E o GT de bissexual foi o melhor que teve, foi o que mais deu gente, foi quando pessoal começou a se assumir, e o que me deixou triste nesse GT foi escutar pessoas públicas olhar e dizer “eu sou bissexual, mas por causa de uma visibilidade política, eu me assumo lésbica e me assumo gay”. Porque bissexual não tem visibilidade. Então eu perguntei: se não tem visibilidade, por que então a gente não cria essa visibilidade? Por que a gente não dá essa visibilidade?
(ADRIANO)

Indagado sobre existência de alguma representação institucional, partidária, de seu segmento na política local, responde:

Como eu te falei anteriormente - ter, até tem. Mas a questão é: me assumo como lésbica e enquanto gay porque a visibilidade é maior.
(ADRIANO)

As falas suprareplicadas demonstram com clareza a dificuldade de se instituir na esfera pública das representações as identidades emergentes que galgam em direção à autonomia com relação às identidades já instituídas em

busca de um reconhecimento ou visibilidade próprias. A íntima relação, já percorrida ao longo do trabalho, entre reconhecimento e representação consiste em fator decisivo para tornar factível uma eventual transmutação de um segmento minoritário em público-alvo de uma política pública; isto é, sem visibilidade não há representação e, com representação ausente, como haveria de conseguir tal segmento no atual contexto pretender e tornar exequível a conquista de direitos? Poder-se-ia argumentar que o contexto atual é limitado e limitador; todavia, é importante salientar que a presente pesquisa não se propõe a travar esse debate, contentando-se com os meandros identitários junto ao sistema assim vigente. Disso deriva interessante questão – o poder público quando contempla determinado segmento com uma política pública acaba por reconhecer como legítimas as reivindicações da(s) identidade(s) que caracteriza(m) tal segmento, relegando as demais reivindicações de grupos outros à obscuridade do não reconhecimento e da não legitimidade de seus reclames identitários. Com isso, o reconhecimento e o poder de representação de alguma minoria identitária são condições sem as quais o poder de barganha fica debilitado junto ao Estado, sendo então necessário o reconhecimento prévio da identidade e das demandas dessa identidade para se obter uma eventual ação focalizada do poder público. Obtida essa ação focalizada do poder público, a identidade-alvo goza de um status de reconhecimento público que fomenta a luta de novas categorias ainda não contempladas.

E quando você pega hoje uma cartilha de saúde você vê muitas políticas públicas pra mulheres bissexuais... e para homens bissexuais não tem... quando eu fui questionar em um seminário de saúde em Brasília a primeira coisa que surgiu foi: sim, vocês querem pra quê? “Se vocês fazem sexo com homens e mulheres, vocês se enquadram na saúde de homens heteros e homossexuais”. Se seguir nessa lógica as mulheres bissexuais também tem essa mesma lógica. E por que tem uma política pública de saúde para a mulher lésbica? E pra homem não tem? Pra homem se enquadra a política pública de saúde do HSH, onde são homens que fazem sexo com homens, mas não são gays nem bissexuais. Que se enquadram na questão de enclausuramento de presídios entre outros. Eu pergunto, se a gente quer muito uma identidade política... que eu falo muito que... eu digo que sou bissexual, mas enquanto pessoa, enquanto construção, eu digo que sou ser humano e gosto do ser humano independente do órgão genital ou da identidade de gênero. Mas por visibilidade, por forças políticas, pra ter uma política pública de qualidade eu me assumi enquanto bissexual, eu escolhi dar a cara a tapa, a sofrer todos os tipos de preconceito [...] o que o MovBi bate hoje muito de frente é a política de saúde para homens bissexuais. Se tem política pra homens trans, tem política pra mulher trans, pra

homem gay, pra mulher lésbica, pra homem hetero, pra jovem, pra idoso, por que não tem para o bissexual? (ADRIANO)

Se as outras identidades são contempladas com políticas públicas direcionadas, por que não a minha? É essa a lógica adotada que embasa o relato último, ou seja, a busca por uma política pública que atenda as necessidades da uma identidade à luz da sua diferença. Entrando no mérito do grupo estudado, surge a inevitável pergunta: como instrumentalizar uma política pública para uma identidade que rompe com uma estrutura binária? Como pensar e materializar um público-alvo que não tem sua identidade respaldada pela caracterização dos polos? No caso da comunidade trans, que de certa forma trinca a vidraça da catedrática estrutura dicotômica, seus/suas integrantes transitam entre os polos, encaixando-se em algum deles, quase os reiterando, mas não subverte a lógica do binarismo de gênero, pois não frequentam os polos de gênero ao mesmo tempo ou de forma alternada, consistindo antes em uma migração de um para outro. No caso das/dos bissexuais, a luta é diferente. Seria preciso organizar a questão em outros termos, que conseguissem lidar com uma lógica de atuação ambivalente. Enquanto as/os bissexuais tentam consolidar sua identidade, ou identidades, e pleitear conquistas junto ao Estado, identidades já consolidadas, como a gay, tentam manter os direitos já adquiridos. A diferença de momentos em que se encontram as diversas categorias que integram o movimento LGBT consiste em outro fator que dificulta sua coesão e centralização em suas demandas e ações. Conforme revela Luciano, presidente do MEL, o momento para os gays requer resistência do grupo junto à ofensiva conservadora que se encontra em franca ascensão:

Eu acredito que, inclusive o nome dessa chapa que hoje vai ter eleição, é Resistência Lilás... eu acho que, hoje, é resistir ao recrudescimento e ao retrocesso e tentar não perder o mínimo que a gente conquistou. É que a principio, de imediato, esse governo não vai eliminar essas políticas, mas elas vão se tornar cada dia mais figurativas, entendeu... pra inglês ver. (LUCIANO)

Na oportunidade em que foi realizada a entrevista, estava ocorrendo a votação para eleger, ou reeleger, uma chapa para liderar o MEL. Como relatado, Luciano integrava a chapa denominada Resistência Lilás, em explícita referência ao propósito de lutar pela manutenção das políticas já conquistadas. Quando perguntado acerca das diferentes siglas que haviam deixado o MEL,

entre elas os/as bissexuais do MovBi, e constituído outros espaços de representação, Luciano afirmou ser um processo recente, uma experiência ainda a ser refletida no que se refere aos seus desdobramentos.

Primeiro eu acho que essa é uma experiência, pra gente aqui, de certa forma recente, é algo que a gente ainda tá... eu acredito que, pra gente mesmo, o próprio movimento [entende que] isso de alguma forma era tranquilo, a necessidade de cada entidade, cada letrinha seguir... claro, sem perder as relações. Agora, isso não é um processo tranquilo, não tem sido, ao mesmo tempo acho que, por exemplo, eu quero dizer com isso que de certa forma o próprio MEL incentivou a criação desses grupos. [...] Agora... Maria Quitéria, MoviBi, basicamente... também acho que houve com a ASTRAPA e tal, acho que houve um incentivo nessa ideia, até porque é de fato, mesmo que o MEL era LGBT no sentido de agrupar todo essas siglas, mas na prática, na realidade era... a hegemonia era dos gays masculinos, a hegemonia era masculina, e isso também gerou, gerava problemas, entendeu... (LUCIANO)

Como visto, considera ainda tal fragmentação um processo natural, não obstante os eventuais dissabores que possam ocorrer durante essas rupturas. Para o representante do MEL, faz parte da dinâmica identitária as diferentes categorias buscarem seu próprio caminho emancipando-se da organização de origem. Complementa ainda que são tempos de se repensar a postura do movimento como um todo e rever determinadas pautas, a fim de estimular cada vez mais a intersecção com outros grupos e restaurar uma agenda de esquerda, inclusive com pautas que transcendam a seara das identidades, como a luta de classes. Todavia pondera acerca de um possível esvaziamento de representação das demandas identitárias caso não sejam levadas a diante pelos movimentos sociais que tratam da questão, indicando um desejado caminho não excludente entre uma pauta identitária e uma pauta econômica.

Na realidade acho também que o movimento... acho que tá num momento meio de repensar, inclusive suas bandeiras, suas pautas, sua luta pela criminalização da homofobia. É uma luta que a principio a gente continua levantando, mas que a gente precisa também estar repensando, tem que ser pensado nessa coisa que, de certa forma, a gente com isso está reforçando polícia punitiva, essa logica policialesca, entendeu... então, eu acho que a gente está num momento de, meio de transição, eu acho, talvez num momento de repensar. Então a gente está envolvido nas frentes, nessas frentes. Porque eu acho que um receio hoje é que nessa luta, nas perspectivas, é de cada vez mais potencializar o conflito de classe, a luta de classe, e a luta entre capital e trabalho... e então eu receio [que] essa bandeiras específicas, elas se, de alguma forma elas já eram subalternas, já eram colocadas em segundo, em terceiro [plano]... Se a gente não se organizar mais, um dos problemas é que essas bandeiras talvez sigam sumindo. [...] Eu percebo que há uma certa tendência meio conservadora também no próprio [movimento]

LGBT], que a gente via próprio movimento, quando a gente passa a priorizar pautas como casamento... claro que são direitos, mas sempre achei que essas pautas não deveriam ser prioritárias, porque de algum forma elas corroboram com essa ideia do gay ajustado, adaptado, aceito... tolerado, que a ideia não é essa, a ideia é lutar por respeito. (LUCIANO)

Além de romper com o falaz discurso que antagoniza questões de ordem material e reclames de cunho identitário, o trecho acima atenta para o melífluo caminho de acomodação adotado por algumas políticas públicas direcionadas ao público LGBT, como o casamento homossexual, que foi brevemente analisado no capítulo anterior. A busca por medidas punitivas, policialescas nas palavras do informante, como o PL 122/06 que regulamenta a criminalização da homofobia, também deve ser objeto de meditação e ser repensada, na medida em que reforçaria uma lógica de violência por parte do Estado. Convém, todavia, salientar que a criminalização do racismo e da violência doméstica representam dois inequívocos avanços para a população negra e para as mulheres, constituindo duas importantes ferramentas de proteção por parte do Estado contra os abusos cometidos contra esses dois grupos. Avanços palpáveis que tratam de violência real, da violência física e psicológica que ainda insiste em se manifestar cotidianamente, não obstante estarem embasados, os avanços, em uma lógica punitiva ou policialesca. Falando sobre as políticas destinadas aos gays e da desproporcional visibilidade que essa identidade detém dentro e fora do movimento LGBT, mesmo sendo multifacetada a identidade gay, o entrevistado ressalta a importância do papel exercido por essa sigla e a razão de sua hegemonia.

...então assim, havia, acabava existindo uma hegemonia [de gays] e isso, claro, não era [fácil]... por outro lado acho que tinha esse entendimento mesmo que era importante que tivesse uma organização própria [de cada sigla]. Agora, eu reforçaria que não tem sido tranquilo esse processo, acho que a gente já viveu situações aqui de muita tensão, muito conflito, que algumas dessas... até porque a gente tem que lembrar, resgatar, que o movimento LGBT começa com os gays mesmo. Claro, tinha presença de lésbicas, tinha presença de... se você pensar no Estados Unidos, na Europa e tal... mas, a presença maior, a hegemonia eram os gays, né... Então acho que houve situações em que pra, de alguma forma a gente ainda vivencia isso, né, de que pra uma identidade se afirmar de certa forma entra em uma certa guerra com a outra identidade. (LUCIANO)

Como observado ao longo do trabalho, há sempre um essencialismo ou uma cristalização pautados por uma origem gloriosa, há sempre uma Grécia ou

a Rebelião de Stonewall¹⁰ para redimir eventuais hegemonias planificadoras e justificar a hierarquização de legitimidades identitárias. Dito isso, faz-se necessário salientar a última frase desse trecho relatado, que trata do processo de constituição e consolidação das identidades dentro do movimento LGBT – diferentes categorias em estado de “guerra de todos contra todos” para se autoafirmarem. Dessa descrição do processo identitário se conclui, sem maiores dificuldades, que o caráter heteróclito em que são gestadas as identidades é inescapavelmente marcado pelas dores do parto, para concluir uma analogia ruim, dando azo a perduráveis ressentimentos. Como descrito no capítulo primeiro, as cristalizações identitárias geralmente remetem a um passado cultural para afirmar certa identidade, como no discurso do Luciano; de modo semelhante, mas com expediente distinto, discursos outros ressaltam a importância de um essencialismo biológico e biologizante que focam na naturalização de determinado comportamento, lançando mão de mecanismos argumentativos que priorizam a impossibilidade de escolha que relegam a questão da identidade ao terreno do inato, do congênito.

A gente vê vários casos e sistemas diferentes. Tem pessoas que deixam pra se assumir depois de uma frustração amorosa, que acaba levando aquilo como uma desculpa: “ah, eu só me assumi gay porque eu tive uma decepção por fulano e não quero mais me envolver com mulheres”; tem uma questão cultural também... o que a gente aprende na escola é o homem é fruto do meio da onde ele convive. Se essa teoria for verdade, então era pra mim ser hetero, e não bissexual. Pois o meio que eu vivi foi um meio heterossexual. Em nenhum momento eu vi casais homos, casais bissexuais, fui influenciado sempre por uma cultura heterossexual. Aí essa teoria pra mim já cai por terra. Você nasce! Você não se torna, você nasce LGBT. A gente vê crianças com todos os trejeitos, mas você tem que ficar calado. A única coisa que a gente pede é que ele cresça com um mundo melhor, e a gente faz toda essa militância pra isso. (ADRIANO)

Por um lado, tal viés discursivo apresenta a sagacidade da evasão em não ser responsabilizado ou culpabilizado por algo que passa ao largo de sua escolha, facilitando assim a assimilação de sua condição e de suas demandas, tendo em vista que sobra pouca, se é que sobra, margem para contestações de um atributo oriundo do nascimento. Por outro lado, a narrativa essencialista de cunho biológico aprisiona o potencial performático das identidades e os

¹⁰ Episódio em que membros (do que hoje se entende por) da comunidade LGBT se rebelaram contra as sistemáticas violências policiais em um bar chamado Stonewall Inn em Nova York em 1969.

desejos que as integram, relegando dessa forma a postura não hegemônica ao âmbito da escusa de uma “culpa” oriunda de uma não-escolha. Os trejeitos e a palpabilidade do concreto, as marcas sensíveis definidoras desde a tenra infância, como indicado no relato, representam um destino inquestionável em sua legitimidade identitária ao mesmo tempo em que representam um destino rígido que vai de encontro à fluidez e à transitoriedade tão em voga no discurso das esquerdas identitárias. Nos meandros discursivos percebe-se certo antagonismo, da irreduzibilidade cultural ao essencialismo biológico, ambos em contraponto à identidade performática e à transitoriedade identitária. Indagado sobre esse assunto, o coordenador Roberto Maia do Centro de Cidadania LGBT responde a partir de um tangencial equilíbrio entre os pontos:

Tem [um discurso produzido a respeito]: de considerar algo que é socialmente construído. São poucas as pessoas, a gente sabe, a gente dialoga, sobre a questão biológica que tem, que tem uma questão biológica, a gente sabe que tem... na nossa identidade de gênero e orientação sexual, mas a gente sabe que também tem a questão social, histórica, psicológica, da orientação sexual, a orientação de desejo e afeto por outra pessoa, e a orientação desse desejo ela é múltipla; ele pode ter uma característica biológica, como a gente sempre discute, grande parte dos animais fazem sexo com machos e fêmeas, mas tem a característica social também. (MAIA)

Ou seja, o coordenador começa afirmando que o movimento LGBT dispõe de um discurso uníssono que vai em direção ao socialmente construído, para logo em seguida contemporizar com fatores biológicos, que integrariam também a equação do gênero e a da sexualidade. Fugindo da blague dicotômica do pesquisador, Roberto Maia tenta aliar a legitimidade da biologia à liberdade do social, resenhando um discurso maleável. Dessa forma, as organizações que representam determinada categoria tendem a se tornar cada vez mais específicas e divergir inclusive no que se refere aos discursos legitimadores e consolidadores do comportamento socialmente minoritário, dividindo-se ainda em torno de uma mesma categoria identitária. Na capital da Paraíba onde foi desenvolvida a pesquisa é possível observar nitidamente essa fragmentação, com a formação da ASTRAPA (Associação de Transfeministas da Paraíba) e do PETRIS (Coletivo de Homens Trans) ou então da Maria Quitéria (Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais) e do MovBi (Movimento de Bissexuais da Paraíba). Com esse espraiamento faccional de demandas em sua minudência, representantes do poder público designados para gerir as

ações voltadas ao segmento LGBT enfrentam a dificuldade de priorização do diversificado rol de reivindicações. Partindo do pressuposto de uma equivalência de legitimidades entre as categorias identitárias, como proceder na distribuição de intervenções públicas junto ao movimento LGBT? Sobre essa questão, Roberto Maia revela alguns parâmetros que norteiam as ações do Centro de Cidadania LGBT:

A gente teve no começo do Centro da Cidadania, até da Coordenadoria LGBT, a principal bandeira a das travestis, do Transcidadania. [...] Então o programa Transcidadania ele nasceu da questão da vulnerabilidade maior da população LGBT que são as transexuais, e os transexuais, e as travestis, ou seja, se eu tenho uma população que vive 36 anos de vida, eu tenho uma população que é muito mais vulnerável do que uma população, por exemplo, de bissexuais, de lésbicas e de gays. A gente ficou conhecido, e é conhecido ainda muitas vezes, e a gente acha isso muito ruim, como a coordenadoria de TT, de travestis e de transexuais. “Ah, naquela coordenadoria de travestis e transexuais, o MovBi não tem vez, os bissexuais não tem vez, as lésbicas não tem vez”. E eles colocam [de forma] veemente, como se essa população que está mais vulnerável e que morre mais em nossas comunidades não fosse uma prioridade; isso não quer dizer que eu não vou fazer política para outras populações. (MAIA)

O que o coordenador descreve acima é um dos vários gargalos enfrentados pelo poder público em sua relação com o movimento LGBT: a multiplicação de siglas fomenta disputas internas que acabam por obliterar algumas questões urgentes que são mais urgentes que outras. Quando se faz política destinada a essa população, é preciso lidar com graus de urgência – a ignominiosa realidade dos sistemáticos “estupros corretivos” que assola o cotidiano de mulheres lésbicas; os homens gays que são expulsos de casa por sua orientação sexual, vulneráveis a toda sorte de infortúnios de uma rua homofóbica e violenta em geral; homens trans que, se não forem vítimas das elevadas taxas de homicídio transfóbico, podem perecer pelo escandaloso número de tentativas de suicídio desse grupo; bissexuais que padecem duplamente em razão de sua condição e que são tão invisibilizados ao ponto de pouco se conhecer sobre a realidade dos mesmos. Isso para ficar na sigla (LGBT) atualmente instituída do movimento, isto é, das categorias identitárias mais consolidadas e visíveis. Tendo em vista sempre a finitude dos recursos disponíveis, é preciso definir o público que primeiramente vai ser definido como beneficiário. Entre as lamentáveis realidades descritas acima, qual a mais urgente? Embora complexa, é uma pergunta que é respondida diariamente

pelos gestores e agentes públicos, com respostas que fatalmente serão injustas. Nessa toada, convém uma platitude: optar pela injustiça menos injusta. Esse revés, que não é fruto da fragmentação, mas é expressa pela fragmentação, pode gerar também pontos positivos:

Eu acho as duas coisas, às vezes ela ajuda [a fragmentação do movimento], no sentido da especificidade dos homens trans, das travestis, das mulheres trans. Ajuda na questão da identificação da especificidade de cada política, da especificidade. Mas dificulta muito a disputa. Na disputa dentro do próprio movimento, dentro das próprias letras. (MAIA)

Sem dúvida as modificações ocorridas e as muito prováveis adições futuras da sigla LGBT constituem uma sensibilidade interna - nem sempre pacífica, mas não enrijecida ao ponto de ficar estanque - com relação às diferentes realidades vividas por uma população que destoa da heterossexualidade. Ao mesmo tempo em que a fragmentação pode ser um empecilho para diversas questões, ela também oportuniza a expansão de performances e identidades sem necessariamente abrir mão de categorias, que por sua vez são fundamentais na conquista de direitos na atual dinâmica reivindicatória. Como também salientado pela fala do coordenador, a multiplicação de categorias no interior do movimento provoca disputas, mas não apenas: indiretamente influi para a propagação de especificidades irreduzíveis das diferentes identidades, afetando a viabilidade representativa de tal colorida constelação.

E mais do que isso, a gente já ouviu, inclusive do movimento social, onde eu não posso fazer uma oficina sobre mulheres lésbicas porque quem tem que fazer é uma mulher lésbica, do próprio movimento social... gente, não tem nada a ver isso. Ou seja, se eu estou em uma escola, fazendo uma oficina, como a gente faz nas escolas durante todo o ano, e eu estou nas 95 escolas do município, naquele momento se tiver uma travesti, tiver um homem trans, falando sobre política LGBT, é independente de quem for falar. É naquele momento que eu tenho que aproveitar. [...] Eu não tenho que me representar o tempo todo. Eu tenho que perceber qual é a prioridade nesse momento. Quem é que está morrendo mais nas comunidades, qual a comunidade que precisa dialogar mais sobre essas questões. (MAIA)

O fetichismo com a auto-representação constitui um óbice à exequibilidade das ações do Estado e inviabiliza a própria estrutura do atual modelo político (PIERUCCI, 1999). O Estado em ação, através das políticas públicas destinadas ao público LGBT, além de não conseguir dar conta frente à quantidade e especificidade das demandas, carece ainda de respaldo

estrutural quanto às políticas que já existem. As políticas existentes, como já analisadas anteriormente, integram um conjunto lasso em termos de regulamentação e estabilidade, dependendo sempre do arbítrio do poder judiciário ou ancorado nas esvoaçantes franjas dos Direitos Humanos. Dessa forma, o fantasma do retrocesso é companhia íntima da população LGBT, em especial no presente momento marcado pelo recrudescimento das forças conservadoras no país e em diversas partes do mundo; por esse raciocínio, talvez seja mais importante lutar nesse momento pela estabilidade e enraizamento dos direitos já conquistados antes de se preocupar com um modelo de auto-representação. Nas palavras do coordenador:

Porque a gente sabe a política pública não está dada. Principalmente a política LGBT. Porque se muda o governo, como mudou agora, acabou de uma hora pra outra através de papel, porque todas as políticas LGBT foram através de decreto em nível nacional, não foram através de projeto de lei. E decreto você derruba de governo quando muda, como derrubou todas as políticas. [...] Aí se você tem um projeto de lei, é projeto resistente [...] ah, naquela política daquele governo tal teve uma ação, mas teve lá uma ação específica, num decreto específico, que o outro pode derrubar. (MAIA)

Isto é, políticas de governo em vez de políticas de Estado. Por fim, conduzindo o trabalho a seu término, volta-se ao ponto de origem da pesquisa: a criação do MovBi e as variáveis que suscitaram tal iniciativa. A próxima e última fala resume com didatismo a dinâmica identitária traçada ao longo de todo o trabalho.

...aí o MovBi ele nasce do movimento do MEL, que rompe... rompe no sentido de [que] algumas diretorias achavam que os bissexuais não podiam ser diretor do MEL, só poderiam ser diretores gays, o presidente e diretores gays, e o MovBi fala “não, a gente precisa que o MEL seja múltiplo... por que bissexual não pode ser da diretoria?” Aí eles não acataram, daí rompem com o MEL. Aí surge o Movimento de Bissexuais, que é um movimento que ainda tem, a nível Brasil, ainda tem muito o que conquistar porque as pessoas acham que bissexual é uma fase, que quem é bissexual são pessoas que não sabem o que querem da vida, aquelas coisas que a gente ouve. E aí a gente percebeu que o MovBi fez uma diferença nessa questão, porque ele fala que tem uma outra bandeira que precisa ser vista, né. (MAIA)

A produção da nova diferença a partir da diferença anterior e sua subsequente institucionalização. Em que pese o fato dos diferentes problemas apontados ao longo da pesquisa, é preciso reconhecer que o movimento LGBT avançou em muitas pautas e logrou êxitos reivindicatórios nos últimos tempos através de suas categorias identitárias. A trajetória de um movimento que

encampa tantas e tão diversas batalhas, que trava o combate pela livre expressão do desejo, jamais seria linear ou palatável. O futuro do movimento, caso nossa realidade continue na esteira das identidades, tenderá a processo de cada vez maior alargamento em sua sigla, debruçar-se-á ao alfabeto em sua íntegra, precisando talvez de se inventar novas letras.

Experimente perceber o que lhe vem à cabeça ao ler cada um dos termos a seguir, uma pálida amostra da produção cultural de identidades de gênero e de sexualidade: gay, viado, bicha, sapata, sapatão, caminhoneira, sapatilha, lesbian chic, bicha barbie, bicha boy, bofe, biba, michê boy, michê operário, quaquá, poc-poc, mona, moninha, monethi, entendido, fruta, bolacha, bomberita, dyke, fada, melissinha, entendida, sabonete, sapa, sargentão, trava, traveca, bissexuais, bicurious, geração fluxo, transgênero, gilete, machorra, paraíba, transexual, drag queen, traveção, amapoa, xibungo, urso, operada, mulher readequada, susie, macho, sarado, ativo liberal, mulher ativa, tia, maricona, HSH, pessoas “fora do meio”, dad, tiozinho, tiozão, etc. (SEFFNER, 2008, p. 43)

Na tentativa de se estabelecer um nexu classificatório de inventário ou de taxonomia, tal qual a Enciclopédia Chinesa de Borges¹¹, acaba-se por esbarrar não sem alguma surpresa com o Observatório de Enguias de Cortázar¹². Todavia, há de se refletir sobre um mundo sem labirintos ou um mundo em que houvesse regra para se andar nos labirintos¹³.

¹¹ Referência ao conto O Idioma Analítico de John Wilkins, do livro Outras Inquisições 2007 de Jorge Luís Borges.

¹² Referência ao livro Prosa do Observatório 1985 de Júlio Cortázar.

¹³ Passagem do livro O Nome da Rosa 1986 de Umberto Eco, p. 37.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encaminhando o trabalho ao seu término, foram discutidas diversas etapas constitutivas de uma identidade, bem como partes da dinâmica exógena que regem os movimentos minoritários de cunho identitário. Nesse encerramento, vale fazer um balanço sobre o material apresentado até então. A diferença, o essencialismo/cristalização, a fragmentação, a representação e as políticas de identidade foram tópicos abordados sob o prisma crítico, na intenção de colaborar para o aperfeiçoamento das estruturas e dos processos que aí estão. Parte considerável das considerações críticas expostas ao longo do estudo converge com a perspectiva Queer e com as Epistemologias Bissexuais¹⁴. Tanto a perspectiva Queer quanto as Epistemologias Bissexuais tem a característica comum de desestabilizar as categorias identitárias e desconstruir os sistemas binários que permeiam e sustentam a atual lógica do comportamento não-heterossexual. A ruptura com o modelo vigente, segundo os dois repertórios citados, depende de uma estrutura de inteligibilidade para que novos códigos possam ser incorporados em detrimento da lógica heteronormativa; isso é, a mudança não pode ser produzida de uma feita, sob pena de não se compreender os novos códigos e inviabilizar a repetição performática. Dessa forma, o presente estudo entende que esse eventual “vazio” que pudesse solapar a categorização das identidades e suas estruturas dicotômicas geraria a substituição do modelo vigente por códigos ininteligíveis e, por isso, estéreis. Assim, parece razoável afirmar que, não obstante as ingentes ou minudentes discordâncias, existe um entendimento comum entre os diversos matizes teóricos que tratam sobre a temática das identidades: as categorizações geram problemas teóricos e práticos.

Dito isso, é importante ressaltar o entendimento dessa pesquisa sobre essa problemática da fixidez das categorias que foram estudadas. Embora o atual escrito convirja em vários tópicos com a Teoria Queer e com as Epistemologias Bissexuais e adira ao tom crítico ao modelo vigente, a pesquisa afasta-se dessas perspectivas no que se refere as suas propostas de solução

¹⁴ Conjunto de produções de matriz análoga à Teoria Queer, porém adotando a bissexualidade como sendo o ponto de partida para a desestabilização das categorias identitárias e dos binarismos.

para a problemática identitária. Tais perspectivas, grossíssimo modo, perseguem a superação das categorias e das estruturas que as sustentam, apostando em deslocamentos, fluidez e transitoriedade das performances, desestruturando assim os essencialismos e as cristalizações identitárias, bem como a reprodução de mecanismos normativos pelos que não adotam o comportamento heterossexual. Como a pesquisa foi realizada dentro de uma realidade marcada por características espaço-temporais, parece ao presente pesquisador que tais estratégias são inexecutáveis à luz do atual contexto brasileiro. Transcender a categorização das existências soa tão inefável quanto nefasto soaria defender a manutenção do esquema vigente.

A questão então precisa ser colocada em outros termos: como construir e se aproximar ao máximo do inefável levando em consideração as possibilidades espaço-temporais que marcam a realidade estudada? No entendimento desse trabalho, é preciso dar um passo para trás no lugar de dar um passo para frente, sendo este último um modelo pós-identitário. Para explicar o passo para trás, utilizado apenas como figura de linguagem, faz-se necessário evocar a ideia de interseccionalidade entre as minorias. Mas não apenas a interseccionalidade como estratégia de parceria entre os movimentos, mas de hibridismo tático. Por óbvio, de um eventual hibridismo tático adviria uma não exatamente enxuta lista de problemas e entraves. A formação de frentes coesas em prol de objetivos comuns pode ser trabalhada tanto em menor escala, como entre as diversas categorias dentro do movimento LGBT, quanto em maior escala com a união de LGBTs, negros, mulheres etc. Para tanto, algumas (im)pertinentes questões precisariam ser abordadas: é factível conquistar políticas públicas e direitos abdicando das categorias identitárias? É viável uma expansão exacerbada de identidades e a obtenção de representação a contento de cada uma delas? É possível a coesão de minorias fora de uma estrutura minimamente verticalizada?

Para o presente estudo, a resposta é não. No lugar de se aventurar em um salto no escuro, por mais transcendental e sedutora que possa parecer a ideia, parece oportuno estabelecer prioridades reivindicatórias, que passa por um processo de hierarquização, e formar um movimento, ou movimentação, aglutinador em torno das categorias identitárias já instituídas. Num contexto em

que ainda se observam os persistentes e alarmantes indicadores de mortalidade de jovens negros, a violência diária às mulheres, a expectativa de vida de integrantes da população trans, para citar alguns casos de categorias já institucionalizadas em alguma medida, não é difícil perceber que a priorização de demandas é uma questão a ser debatida. Não existe identidade se não existe manutenção da vida dessas pessoas, muito menos a superação de suas identidades. Nesse sentido, parece claro que o polo homossexual não goza do mesmo prestígio do polo heterossexual – nem o feminino em relação ao masculino, tão pouco o negro em sua relação ao branco.

Halberstam observa que atualmente se tornou um clichê os/as jovens gays e lésbicas, geralmente brancos/as e morando em lugares urbanos, dizerem que não gostam de rótulos e que não querem ser encaixados/as em categorias identitárias, “embora essas mesmas categorias identitárias representem o trabalho de ativismo de gerações anteriores que nos trouxe à beira da ‘liberação’” (2005: 19) (HALBERSTAM, 2005, p. 19 apud LEWIS, 2012, p. 64)

Mais uma vez, são identidades já calejadas e experimentadas, por assim dizer. Como ainda não se obteve, nem de longe, a equiparação entre os polos dicotômicos mencionados, parece, com o devido respeito a entendimentos outros, extravagância a institucionalização desenfreada de identidades (que gera cada vez mais fragmentação nos movimentos, minando a coesão e as pautas comuns) ou a superação de categorias com rupturas nas lógicas binárias (que permanecem ainda extremamente desiguais). Assim, é preciso tomar cuidado com certa compulsão conceitual – fluidez, horizontalidade, irreduzibilidade, desconstrução – cara às esquerdas identitárias atuais. Caso contrário, as boas intenções podem acabar por canibalizar a si mesmas; a hiperbólica fragmentação das categorias pode acabar por canibalizar os próprios movimentos sociais que as sustentam, à guisa de *Saturno devorando a un hijo*¹⁵. Condição sine qua non para uma maior coesão dentro do movimento LGBT ou para um hibridismo entre os diversos movimentos identitários consiste em se compreender o abismo entre as polaridades e inverter o foco analítico para o dominante, dar a necessária visibilidade crítica ao polo hegemônico. Segurar um pouco o andor diferencialista e retornar ao

¹⁵ Quadro de Francisco José de Goya y Lucientes, entre 1819-1823.

ponto de origem que justifica a existência dos grupos socialmente minoritários – igualdade, equidade, paridade entre os polos.

A mulher não nasce mulher, torna-se uma, segundo Beauvoir (1960). E o homem, já nasce homem? Os valores patriarcais, machistas e misóginos são atributos inatos, pelo visto. Naturais. E o negro na condição de escravo é o negro escravo, não é o negro escravizado. A condição intrínseca ao negro é a de ser escravo, como a condição inata ao branco é a de ser senhor. A pessoa homossexual nasce homossexual? Há um gene que determina sua sexualidade ou desejo? Mas não se ouve falar sobre o gene da heterossexualidade. Logo, deve haver um gene interventor que desvia o curso natural da heterossexualidade (compulsória). Ou então existe um processo de doutrinação gay que explica tal fenômeno. Se assim ocorre, é razoável supor que existe também um processo de heterossexualização? Quando se escreve nesse exato momento palavras como negritude, traços negroides e homossexualismo e na sequência se escreve branquitude, traços brancóides e heterossexualismo é possível vislumbrar a escarlata sinalização do corretor ortográfico do programa Word que emerge nos três últimos termos. Sinalizações e reiterações à parte, o que se quer explicitar é a constante fuga dos polos dominantes para o breu não-crítico, para o não-questionamento dos agentes privilegiados, pauta prioritária no entendimento do presente trabalho e variável central para a coesão dos dominados. Quando se tem um valor social preponderante, faz-se necessário averiguar o que sustenta e mantém tal valor, sob pena de se incorrer em uma longa viagem ao centro dos umbigos minoritários e se perder em mastodônticos sofismas de legitimidades faccionais, secundarizando a luta primeira contra as discrepâncias bipolares.

À luz das cizânias identitárias já abordadas exhaustivamente nos tópicos anteriores, surge o questionamento da viabilidade representativa das diversas minorias. Como apregoa Pierucci (1999), a diferença produz diferença e obstaculiza a ação do poder público para sanar a miríade de reclames específicos que surgem em linha ascendente. Paralelamente, parte considerável da produção acadêmica a respeito endossa o coro do diferencialismo e joga cada vez mais os holofotes da visibilidade para as questões das minorias. Por esse caminho, o homem abstrato detentor de

direitos torna-se cada vez mais abstrato: quem de fato é detentor de direitos plenos? Quem de fato é contemplado com cidadania plena? Esse sujeito detentor de direitos tem cor, gênero e sexualidade específicos? Assim, urge caracterizar tal ente abstrato objeto de direitos e, nesse sentido, matizar seus atributos para melhor visualização de quem detém de fato as prerrogativas necessárias para a consolidação de uma cidadania plena. Para oportunizar esse intento, pode-se evocar algumas produções, ainda minoritárias dentro da literatura discutida, que problematizam como objeto de estudo as práticas dominantes em vez das dissidentes, alumiando a não-cor, o não-gênero e a não-sexualidade. Em suma, quem tem cor visível é negro, quem tem gênero visível é mulher e quem tem sexualidade visível é homossexual. Isto é, o esforço dos dispositivos e tecnologias sociais do hegemônico ecoa e reflete na sinonímia gênero-mulher, no negro como “homem de cor” e no/na homossexual como invertido ou patológico.

Magistralmente esmiuçando essas questões, Hirano utiliza o conceito de branquitude para demonstrar a invisibilidade, a normalidade, a naturalidade da cor branca, a não-raça de traços brancóides, como atributo neutro que não pertence à seara da questão racial. Embora extensa, faz-se necessária a reprodução de uma passagem sua:

“Ou seja, a ‘estrutura de sentimentos’ da branquitude faz com que o racismo, ou os estudos de relações raciais, sejam algo percebido como restrito ao universo negro, se assentando na pretensa concepção desse imaginário de que o branco se constrói destituído de uma ideia de raça. Como demonstra Dyer, o imaginário da branquitude (ou, nos termos de Stam e Shohat, o eurocêntrico), é fruto de séculos de uma dominação que produziu uma infinita visibilidade do branco nas formas expressivas canônicas do ocidente, como a literatura, as letras de música, o cinema e o teatro. Paradoxalmente, isto o tornou um ente invisível, como se fosse destituído de raça. Em contraposição, a invisibilidade generalizada do negro e de outros grupos estigmatizados na economia das representações resulta numa visibilidade exagerada, pois suas aparições pontuais são decodificadas como imagens equivalentes a toda a população negra, ignorando-se o fato de que esta é tão complexa e diversa como qualquer grupo humano.” (HIRANO, 2013, p. 85)

A importante ideia de branquitude faz com que sejam reveladas características veladas, protegidas diuturnamente pelos grupos dominantes, sem margem para contestação. Além de não se poder contestar o que é

velado, cria-se a ilusão de que a cor, a religião, o gênero, a sexualidade etc só existem no outro dissidente, recaindo todo o peso e estigma nos grupos minoritários, constituindo eles próprios o “problema”. Como escrevera o senegalês Léopold Sédar Senghor em seu poema intitulado *Poème à mon frère blanc*¹⁶, o problema está em outro lugar e em outra(s) cor(es).

Por sua vez, parafraseando Joan Scott (1995) e replicando a concepção de Ingraham (1996), a autora Tânia Navarro Swain (2009) estabelece o conceito de heterogênero como sendo uma categoria útil de análise, em observância à interseccionalidade patente entre gênero e sexualidade. De forma análoga ao conceito de branquitude, o termo de heterogênero permite entrever as arbitrariedades que compõem as imposições de gênero e de desejo, colocando em xeque o caráter hegemônico dessas relações, que perpassa tanto a relação homo/heterossexual quanto a relação homem/mulher. Ferramenta conceitual que ajuda a elucidar uma importante bandeira comum. Dessa forma, a autora com a noção de heterogênero adentra em um terreno que não apenas questiona a perpetuação do binário e as falsas dicotomias que derivam de tal lógica, mas problematiza também a naturalização da heterossexualidade, que por sua vez funciona como fio condutor para normatizar comportamentos outros, como a conduta de gênero. Isto é, faz coro com a literatura que prioriza a abordagem do majoritário, das maiorias.

Ainda nessa linha, e retornando à questão LGBT, Katz vai ao cerne da questão – o advento da heterossexualidade como construção social, fruto das variáveis culturais, políticas e econômicas. Em *A Invenção da Heterossexualidade* (1996), o autor faz uma genealogia do conceito de heterossexualidade, datando-o historicamente e contextualizando seu advento, demonstrando ainda sua íntima relação com a classe média e os diferentes significados do termo ao longo da história. Ainda segundo o autor, a

¹⁶ Quand je suis né, j'étais noir / Quand j'ai grandi, j'étais noir / Quand je suis au soleil, je suis noir / Quand je suis malade, je suis noir / Quand je mourrai, je serai noir... / Tandis que toi homme blanc / Quand tu es né, tu étais rose / Quand tu as grandi, tu étais blanc / Quand tu es au soleil, tu es rouge / Quand tu es froid, tu es bleu / Quand tu as peur, tu es vert / Quand tu es malade, tu es jeune / Quand tu mourras, tu seras gris... / Alors, de nous deux, qui est l'homme de couleur??

heterossexualidade transmutou-se de anormal para normal e, posteriormente, para normativa (KATZ, 1996): “geralmente supomos que a heterossexualidade é tão antiga quanto à procriação e a luxúria de Adão e Eva, eterna como o sexo e a diferença entre os sexos e daqueles primeiros seres humanos. Imaginamos que é essencial e imutável e não tem história”.

Partindo dessa premissa, Katz aborda a importância de se estudar não só o homossexual (ou a homossexualidade), mas também o heterossexual e sua história. [...] Katz no livro “A Invenção da Heterossexualidade”, traz consigo questionamentos a respeito da origem da heterossexualidade, propondo que toda a formulação deste aparato ideológico venha exatamente do fato de nunca ter sido questionado (ou pelo menos não com frequência) a origem dessa classificação taxionômica hetero/homossexual. (LIMA, 2009, p. 7)

As produções acima referenciadas – Hirano, Tânia Navarro e Katz – são trazidas ao trabalho para alumiar alternativas, através dos recursos conceituais apresentados, ao foco analítico dos trabalhos identitários, promovendo as maiorias e seus privilégios como objeto de estudo. Mais: a problematização das identidades hegemônicas contribui para a aproximação e formação de alianças táticas e estratégicas entre os grupos que representam identidades minoritárias. O representante Adriano do MovBi apresenta razões incontestáveis para a institucionalização da identidade bissexual, sendo essa uma categoria identitária que consegue ser questionada e discriminada tanto pelas práticas homossexuais quanto pelas práticas heterossexuais – a bifobia. O representante Luciano do MEL apresenta também motivos irretorquíveis para o processo de homogeneização da identidade masculina homossexual dentro da organização, facilitando pragmaticamente sua linha de atuação e produção de pautas reivindicatórias objetivas. Por sua vez, o coordenador Roberto Maia do Centro de Cidadania LGBT encampa racional e legitimamente uma concentração de forças do poder público em prol das categorias identitárias que carecem mais da intervenção do Estado do que outras. Em que pese a coerência inquestionável das posturas acima, faz-se necessário compreender e analisar a situação do movimento LGBT, e dos demais também, sob uma macro perspectiva das dinâmicas identitárias e reivindicatórias, sob pena de se

enredar na máxima lampedusiana¹⁷ ou terminar como a Ismália¹⁸ de Alphonsus Guimaraens (1960).

¹⁷ “Tudo deve mudar para que tudo fique como está”, frase de Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957).

¹⁸ Quando Ismália enlouqueceu, / Pôs-se na torre a sonhar... / Viu uma lua céu, / Viu outra lua no mar. / No sonho em que se perdeu, / Banhou-se toda em luar... / Queria subir ao céu, / Queria descer ao mar... / E, no desvario seu, / Na torre pôs-se a cantar... / Estava perto do céu, / Estava longe do mar... / E como um anjo pendeu / As asas para voar... / Queria a lua do céu, / Queria a lua do mar... / As asas que Deus lhe deu / Ruflaram de par em par... / Sua alma subiu ao céu, / Seu corpo desceu ao mar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Cristina Araújo. **Além do ocidente, além do estado e muito além da moral**: por uma política eticamente responsável em relação à diferença - o caso Ruandês. 2005, vol.27, n.2, pp.411-463.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CORRÊA, Sônia. **Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil**: *um panorama preliminar*, 15 anos depois do Cairo. Texto escrito para o Seminário Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo, da Abep, realizado em 11 e 12 de agosto de 2009, em Belo Horizonte.

ANDRADE, Alysson Assunção. **A Política de Reconhecimento em Charles Taylor**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: Acessado em: 17 de jul. de 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1998.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BLUMENFELD, Warren. J. Squeezed into Gender Envelopes. In: BLUMENFELD, W. J. (Ed.). **Homophobia: how we all pay the price**. Boston: Beacon Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

CARRARA, Sérgio. **Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo**. Revista Bagoas, Natal, n. 5, p. 131-147, 2010.

CAVALCANTI, Camila Dias. **Práticas Bissexuais: uma nova identidade ou uma nova diferença**, 2010. Disponível em: <http://www.polemica.uerj.br/ojs/index.php/polemica/article/view/10/25>

CORTES, Soraya V.; LIMA, Luciana L. **A Contribuição Da Sociologia Para a Análise De Políticas Públicas**. Lua Nova, São Paulo, 87: 235-245, 2012.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Rev. Estud. Fem. 2004, vol.12, n.1 pp. 47-71.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. São Paulo: ARTMED, 2002.

FORASTIERI, Valter. **Orientações Sexuais, Evolução e Genética**. Revista Virtual, v. 2, n. 1, p. 50–60, jan – jun 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, vol. I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 17ª edição.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRASER, N. 2001. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”. In: SOUZA, J. (org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. da UnB, pp.246-82.

_____. **Reconhecimento sem ética?** 2007, n.70, pp.101-138.

FURLANETTO, A.L.D.M.; GROTH, F.; JANZEN S.J. e CRETE P. **Homossexualismo – Opção, Estratégia ou Evolução?** P@rtes (São Paulo), Outubro de 2013.

GOMES, José Juvenal. **A travesti e o seu duplo: uma aproximação inicial**. In: A batalha pela igualdade: a prostituição de travestis em Porto Alegre. Igualdade RS / Alexandre Bôer. 2003

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. **O imaginário da branquitude à luz da trajetória de Grande Otelo: raça, persona e estereótipo em sua performance artística**. Afro-Ásia, Salvador, n. 48, Dec. 2013.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**. *A gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34, Trad. Luiz Repa, São Paulo, 2003.

INGRAHAM, Chrys. **The heterosexual imaginary: feminist sociology and theories of gender**. In: Seidman, Steven (Dir.). *Queer Theory/Sociology*. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1996.

JANNUZZI, Paulo de Martinho. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3 ed. Campinas: Editora Alínea, 2004.

KATZ, Jonathan Ned. **A Invenção da Heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ed. Ediouro Publicações, 1996.

KINGDON, J. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. Boston: Little, Brown. 1984.

KOTLINSKI, Kelly. **Diversidade Sexual - Uma breve introdução**. Link: <http://www.coturnodevenus.org.br/leisejuris/diversidadesexual.htm>

LARRATEA, Luís Felipe Gomes. **Dicotomia e Política Pública de Gênero: uma análise sobre a Carteira de Nome Social**. UFRGS-IFHC, TCC em Políticas Públicas 2013.

LEÓN, Adriano de. **Os labirintos do desejo: desenhando uma metodologia anarcoqueer.** In: Política e Trabalho Revista de Ciências Sociais, n.36 – abril de 2012 – pp. 219-235.

LEWIS, Sara Elizabeth. **Não é uma fase: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais.** PUC-Rio Pós-Graduação em Letras do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas (Dissertação de Mestrado) 2012.

LIMA, Sabrina Aparecida de. **O Processo de Invenção da Heterossexualidade: a peregrinação de Elias na transformação dos cânones sociais.** Simpósio Internacional Processo Civilizador, Recife, 2009.

LOWI, T. **American Business, public policy, case studies and political theory.** WorldPolitics, 16: 677-715, 1964

_____. T. **Four Systems of policy, politics, and choice.** Public Administration Review, 32: 298-310, 1972

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Reconhecimento em Debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba, 29, p. 169-185, nov. 2007

MERCER, K. **Welcome to the jungle,** in: RUTHERFORD, J. (org). Identity: community, culture, difference. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

_____. **“1968” periodising postmodern politics and indenty,** in CROSSBERG, L.; NELSON, C & TREICHLER, P (orgs.). Cultural Studies. Londres Routledge, 1992.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids.** Tese de Doutorado. São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

PIERUCCI, Antonio Flávio. **Ciladas da diferença.** São Paulo, Editora 34, 1999.

PINTO, Teresa Nogueira. **Ruanda: entre a segurança e a liberdade.** Relações Internacionais [online]. 2011, n.32, pp.45-57

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia, hierarquização e humilhação social.** In: PERSEU ABRAMO. Diversidade sexual e homofobia no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Rosa Luxemburgo Stiftung, 2008.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à Teoria da Política Pública.** In: SARAVIA, Enrique & FERRAREZI, E. (Orgs.). Políticas Públicas. Brasília, ENAP, 2006. v.

1

SCOTT, Joan Wallach. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCHMIDT, João Pedro. **Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos**. In: REIS, Jorge Renato dos; LEAL, Rogério Gesta. Direitos sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul, 2008. Tomo 8.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual**. 2003. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2003.

SEFFNER, Fernando. **Identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade social: pensando algumas situações brasileiras**. In: PERSEU ABRAMO. Diversidade sexual e homofobia no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Rosa Luxemburgo Stiftung, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007

SWAIN, Tânia Navarro. **Heterogênero: “Uma categoria útil de análise”**. Educar, Curitiba, n. 35, 2009.

TAYLOR, C. & al. **Multiculturalismo. Examinando a política de reconhecimento**. Instituto Piaget, Epistemologia e Sociedade, Lisboa, 1998

WILLIAMS, R. **Keywords**. Londres: Fontana, 1976.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual** in SILVA, Tomaz Tadeu da (or.). Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, 2000.